

Rede Energia S.A.
(Em Recuperação Judicial)
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Rede Energia S.A - Em Recuperação Judicial ("Rede Energia" ou "Companhia"), é Companhia Aberta registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 16 de outubro de 1969, com ações negociadas na Bm&fbovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O objetivo social da Companhia é a participação no capital de outras empresas, tendo como base a atividade de distribuição e geração de energia elétrica, bem como outras atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

As controladas possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de distribuição, geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME. Os Contratos de Concessão das controladas Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUÁ"), Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S/A ("EDEVPA"), Empresa Elétrica Bragantina S/A ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivo financeiro setorial, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Renovação de concessões:

As controladas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito do contas a receber da concessão, registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão. Para data base 31 de dezembro de 2016, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro de 2020 (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A - "ETO") e dezembro de 2027 (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A - "EMT" e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A - "EMS").

Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,26% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

- I - Operar Usina termelétrica;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica anteriormente era realizada pela controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia – em Recuperação Judicial, desde 27 de novembro de 2012, teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 (“Resolução Autorizativa nº 3.759”), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, serviços de call center e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: EMT, ETO, EMS, CFLO, CAIUÁ, EEB, EDEVP e CNEE. Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para “ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”.
- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o trânsito em julgado da decisão que decretou o encerramento do processo de recuperação judicial.

Recuperação judicial de controladas: Meses após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a maior parte dos credores optaram por desistir de seus recursos, restando, no âmbito do processo principal, apenas dois agravos de instrumento interpostos pelo credor Moneda: um contra o processamento conjunto da recuperação judicial e outro contra a homologação propriamente dita do Plano de Recuperação Judicial. Ambos os recursos não foram conhecidos pelo Tribunal de Justiça, de modo que no momento aguarda-se sua apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Já em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, o credor Banco do Nordeste do Brasil interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. No momento, aguarda-se o processamento do recurso e o seu julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A posição em 31 de dezembro de 2016 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede	CTCE	Total
= Saldos em 2014	128.507	38.936	167.443
(+) Atualização (1)	10.111	3.019	13.130
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	5.456	3.328	8.784
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.561)	(3.247)	(7.808)
= Saldos em 2015	139.513	42.036	181.549
(+) Atualização (1)	11.410	3.559	14.969
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	11.414	3.169	14.583
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(6.980)	(1.013)	(7.993)
= Saldos em 2016	155.357	47.751	203.108

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício da controladora e consolidado.

(2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição das empresas.

(3) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016 foram liquidadas diretamente pela Energisa cerca de R\$15.801 (R\$11.541 dívida da Companhia e R\$4.260 dívida da CTCE).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias
- Nota nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 15 - Créditos tributários;
- Nota nº 28 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 32 - Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado;
- Nota nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- Nota nº 38 - Benefícios a empregados.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

1. IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
2. Modificações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas
3. IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
4. Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
5. IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
6. IFRS 11 - Negócios em conjunto

7. IAS 16 - Ativo imobilizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

8. IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
9. IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
10. IFRS 16 - Leases (3)
11. Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture (4)
12. Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
13. Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
14. Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
15. Modificações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações (2)
16. Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
17. Modificações às IAS 40 - Transferências de propriedade para investimentos (2)
18. IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2).

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (4) Em dezembro de 2015, o IASB decidiu adiar indefinidamente a data de vigência dessas alterações.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela companhia.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível

1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 37.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado abertos e recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativo financeiro setorial, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 37 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir deste exercício.

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. As controladas, distribuidoras de energia elétrica, possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao

contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica, originalmente registraram desde o exercício de 2012 como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisaram suas práticas contábeis passando a classificar a remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de prática, esta suportada basicamente no (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e os seus modelos estão suportados em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, as controladas EBR, EDEVEP, CAIUA, CFLO e CNEE efetuaram novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados de acordo com o novo prazo deferido pelo poder concedente.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- g. **Ativo e passivo financeiro setorial** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12.
- h. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Combinação de negócios** - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.
- j. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

- k. **Arrendamento mercantil** - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira.
- l. **Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027 e as empresas CAIUA, CNEE, EBB, CFLO e EDEVP em 30 anos com vencimento para 07 de julho de 2045 e ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; (iii) mais valia dos bens tangíveis a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.
- m. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- n. **Redução a valor recuperável** - a Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- o. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- p. **Derivativos** - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.
- q. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- r. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).
- s. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- t. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- u. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
- v. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.
- w. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Plano Saldado (PS) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes.
- x. **Ativos disponíveis para venda** - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos para ativos e passivos disponíveis para venda e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

- y. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- z. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3. Reapresentações de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu as seguintes reclassificações na demonstração do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro":

Consolidado				
Demonstração do Resultado	Nota	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receita operacional líquida	31	8.036.332	176.220	8.212.552
Lucro bruto		883.344	176.220	1.059.564
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		432.763	176.220	608.983
Receita financeira	33	635.154	-176.220	458.934

Consolidado				
Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receitas de vendas de energia e serviços	31	11.688.999	176.220	11.865.219
Valor adicionado bruto		6.146.622	176.220	6.322.842
Valor adicionado líquido		5.623.768	176.220	5.799.988
Receita financeira	33	638.729	-176.220	462.509

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) As controladas, distribuidoras de energia elétrica, revisaram suas práticas contábeis e concluíram que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, deveria ser reclassificado para o grupo de receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial, seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 tem como base:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital);
 - (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
 - (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, na Companhia foi uma reclassificação de R\$176.220 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2016	2015
<u>Controladas diretas</u>			
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição de energia	95,85	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição de energia	98,69	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição de energia	98,30	97,70
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	71,42
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	64,01	63,11
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição de energia	100	100
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição de energia	100	100
Companhia Técnica de Comercialização de Energia – em Recuperação Judicial	Comerc. Energia	99,99	99,91
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,99	99,98
QMRA Participações S.A. – em Recuperação Judicial	Holding	100	100
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	Agrícola	100	100
Companhia Geral	Serviços	83,31	63,97
<u>Controlada indireta</u>			
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	35,92	36,83

(1) A EMT é controlada pela Rede Power, que por sua vez é controlada pela Rede Energia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2016		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	7.739.833	-	7.739.833
Receitas Intersegmentos	-	45.836	45.836
Total	7.739.833	45.836	7.785.669
Receitas Financeiras	435.683	62.803	498.486
Despesas Financeiras	(841.198)	(117.623)	(958.821)
Total	(405.515)	(54.820)	(460.335)
Depreciação e amortização	508.171	2.785	510.956
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	197.238	(27.684)	169.554

	2015		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	8.211.392	1.160	8.212.552
Receitas Intersegmentos	-	41.023	41.023
Total	8.211.392	42.183	8.253.575
Receitas Financeiras	446.832	46.896	493.728
Despesas Financeiras	(796.154)	(145.002)	(941.156)
Total	(349.322)	(98.106)	(447.428)
Depreciação e amortização	521.093	1.761	522.854
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	244.091	(82.536)	161.555

	Distribuição	Serviços	2016	2015
Ativos dos segmentos divulgáveis	13.437.460	687.905	14.125.365	13.087.281
Ativo circulante	3.558.710	120.004	3.678.714	3.712.039
Ativo não circulante	9.878.750	567.901	10.446.651	9.375.242
Passivos dos segmentos divulgáveis	8.343.953	1.687.947	10.031.900	9.734.265
Passivo circulante	3.132.950	61.875	3.194.825	2.764.726
Passivo não circulante	5.211.003	1.626.072	6.837.075	6.969.539

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2016	2015
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	7.785.669	8.253.575
Eliminação de receitas intersegmentos	(45.836)	(41.023)
Receita líquida consolidada	7.739.833	8.212.552
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	510.956	522.854
Depreciação e amortização consolidada	510.956	522.854
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	498.486	493.728
Eliminação de receitas intersegmentos	(17.240)	(34.794)
Receita financeira consolidada	481.246	458.934
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(958.821)	(941.156)
Eliminação de receitas intersegmentos	17.240	34.794
Despesa financeira consolidada	(941.581)	(906.362)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	169.554	161.555
Lucro antes dos impostos	169.554	161.555
	2016	2015
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	14.125.365	13.087.281
Outros valores não alocados	(198.669)	(150.501)
Total Ativo consolidado	13.926.696	12.936.780
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	10.031.900	9.734.265
Outros valores não alocados	(198.669)	(150.501)
Total passivo consolidado	9.833.231	9.583.764

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	869	912	27.570	87.608
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	32.439	-	421.975	446.844
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	305.483	55.003
Compromissada ⁽¹⁾	32.439	-	116.492	391.841
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾	33.308	912	449.545	534.452

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 100,78% do CDI (107,81% do CDI em 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas de 50,0% até 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

6.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	17.347	37	858.860	522.255
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	48.850	17.590
Compromissada ⁽¹⁾	-	-	-	73
Fundos de Investimento ⁽²⁾	17.347	37	95.699	90.164
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	-	-	623.947	374.075
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	37.442	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	5.916	63.098
Debêntures	-	-	116.444	115.836
Compromissadas	-	-	7.396	14.089
DPGE	-	-	-	6.502
Títulos públicos	-	-	12.584	32.726
Fundo de Crédito	-	-	22.314	-
Fundo de Renda Fixa	-	-	153.404	141.824
Letra financeira (LFT)	-	-	46.757	-
Letra financeira (LF)	-	-	219.840	-
Nota Promissória	-	-	1.850	-
Outros instrumentos	-	-	60	10
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽⁴⁾	-	-	90.304	40.343
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁵⁾	17.347	37	858.860	522.255
Circulante	17.347	37	768.556	481.912
Não circulante	-	-	90.304	40.343

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundo de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados a 100,37% até 101,86% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas a 101,72% até 113,95% do CDI.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.
- (5) Inclui no consolidado, R\$144.100 (R\$144.615 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2016 equivale a 105,74% do CDI (107,81% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

Uso de estimativas: O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa é regido por Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro que busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Esta política determina as modalidades de aplicação elegíveis ao aporte de recursos, bem como os ratings mínimos exigidos para cada uma delas. Da mesma forma dita limites de concentração nas entidades receptoras dos recursos (bancos em empresas) em função de seu porte, rating e patrimônio. Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro é pública e está disponível no site da Energisa.

7 Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

O saldo de Clientes, consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados e (iv) serviços prestados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 37.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa ⁽⁷⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2016	2015
Valores correntes: ⁽¹⁾									
Residencial	164.048	164	182.891	15.381	3.344	4.213	(22.937)	347.104	355.784
Industrial	71.684	4	24.093	1.941	3.207	21.855	(21.855)	100.929	130.789
Comercial	118.602	46	52.308	6.248	7.708	13.303	(21.011)	177.204	189.152
Rural	46.742	27	26.655	4.180	686	1.274	(1.274)	78.290	83.353
Poder público	42.316	5	19.452	2.208	1.926	7.497	(7.497)	65.907	67.792
Iluminação pública	8.866	-	6.974	606	489	6.079	(6.079)	16.935	17.468
Serviço público	22.327	-	12.298	3.534	4.653	83.058	(83.058)	42.812	41.768
Fornecimento não faturado	345.489	-	-	-	-	-	-	345.489	372.478
Arrecadação Processo Classificação	33.526	-	-	-	-	-	-	33.526	15.311
Valores renegociados:									
Residencial	8.170	28.686	5.230	2.846	3.167	17.528	(30.351)	35.276	27.791
Industrial	3.170	6.515	2.284	978	1.078	6.324	(10.127)	10.222	10.077
Comercial	4.124	26.857	2.186	1.010	1.578	6.391	(13.007)	29.139	25.464
Rural	2.118	3.903	878	346	410	1.192	(3.394)	5.453	7.281
Poder público ⁽²⁾	6.514	113.060	2.586	1.591	1.380	19.517	(37.925)	106.723	44.172
Iluminação pública	458	5.814	301	60	88	264	(1.113)	5.872	8.207
Serviço público	1.289	6.831	195	105	164	917	(2.124)	7.377	4.790
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	(1.744)	(56.897)	-	-	-	-	-	(58.641)	(15.369)
Subtotal -clientes	877.699	135.015	338.331	41.034	29.878	189.412	(261.752)	1.349.617	1.386.308
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽⁴⁾	32.633	-	4.872	6.726	1.102	21.027	-	66.360	25.770
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.933	-	-	-	-	-	-	3.933	3.681
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁶⁾	60.771	554	3.567	561	264	19.566	(19.059)	66.224	34.660
Total	987.237	135.569	346.770	48.321	31.244	230.005	(280.811)	1.498.335	1.462.620
Circulante								1.338.324	1.365.815
Não Circulante								160.011	96.805

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Inclui principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que esta sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$41.820, contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 13,63% a.a.

(3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 13,63% a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

Abaixo demonstramos do fluxo de caixa e sua temporalidade:

Vencimentos	Ajutes valor presente
2017	3.348
2018	7.782
2019	5.960
2020	6.035
2021 em diante	35.516
Total	58.641

- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento de energia no consolidado, em 31 de dezembro de 2016, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$66.360 (R\$25.770 em 2015). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$34.993 (R\$92.411 em 2015) e R\$14.875 (R\$117.157 em 2015), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2016	2015
Créditos a vencer	32.632	4.743
Créditos vinculados a liminares ^(a)	21.027	21.027
Créditos vencidos	12.701	-
Sub-total créditos CCEE	66.360	25.770
(-) Aquisições de energia na CCEE	(34.993)	(92.411)
(-) Encargos de serviços do sistema	(14.875)	(117.157)
Total créditos CCEE	16.492	(183.798)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

Uso de estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2015), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (6) As controladas EMT e ETO possuem R\$36.134 referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no exercício:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	407.852	394.253
Provisão (reversões) constituída no exercício (*)	(1.718)	105.528
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(117.146)	(91.929)
Saldos finais - 2016 e 2015	288.988	407.852
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	280.811	357.594
Títulos de créditos a receber	3.900	50.258
Outros (uso mútuo de poste)	4.277	-

(*) As reversões de provisões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), dos títulos precatórios, que segue:

- A controlada EMT reverteu no exercício toda provisão anteriormente constituída de R\$86.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).
- Em 17 de junho de 2016, a controlada EMT assinou a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada EMT e o Município de Cuiabá/MT, A controlada possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.
- A controlada EMT renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária, tendo sido recebido totalmente em 2016.

8 Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos de créditos a receber (2)	-	845	30.916	28.927
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	25.320	50.258
Ajuste a valor presente (2)	-	-	(24.610)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (1)	-	-	(3.900)	(50.258)
	-	845	27.726	6.295
Circulante	-	845	9.661	4.671
Não circulante	-	-	18.065	1.624

- Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT.

Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que será recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. Os recebimentos das parcelas iniciado em 10 de agosto de 2016 e as demais com vencimento em 25 de cada mês. Foram recebidas 06 parcelas em 2016, totalizando R\$3.000.

A controlada EMT possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524 que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi constituído Ajuste a valor presente no valor de R\$1.977 utilizando-se a taxa média anual do CDI de 13,63% ao ano, registrados em outras despesas financeiras.

- (2) As controladas EDEVP, CAIUA, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2015).

Em 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
2017	5.152
2018	5.921
2019	6.747
2020	4.954
2021 em diante	8.852
Total	31.626

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	2016	2015
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	11.941	147
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	2	1
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	6.160	6.167
Empresa Elétrica Bragantina S/A	832	573
Empresa Distrib. Energisa Vale do Paranapanema	3.208	6.000
Companhia Nacional de Energia Elétrica	2.454	1.934
Rede Power do Brasil S.A	6.679	-
Companhia Força e Luz do Oeste	654	-
Multi Serviços Energisa S/A	4.432	7.035
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	173	86
Total - Circulante	36.535	21.943

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS ^(a)	-	-	147.924	148.421
Imposto de renda retido fonte - IRRF ^(b)	3.831	3.659	6.849	16.618
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ ^(c)	15.700	16.842	171.811	108.518
Contribuição social sobre o lucro - CSLL ^(c)	569	-	30.477	22.775
Contribuições ao PIS e a COFINS ^(d)	-	4.858	69.459	64.802
Outros	82	-	21.327	10.890
Total	20.182	25.359	447.847	372.024
Circulante	10.121	7.682	276.920	223.490
Não circulante	10.061	17.677	170.927	148.534

- (a) Corresponde basicamente aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores além de R\$19.924 de carta de créditos adquiridos junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT.
- (b) Imposto de renda retido na fonte originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e o excedente, não utilizado dentro do próprio exercício, será incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Na controladora corresponde a retenções sobre o rendimento de aplicações financeiras e contratos de mútuo. Nas controladas se refere a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde ao pagamento a maior de PIS/COFINS efetuado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica das controladas e inclui 24 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo. A partir do exercício de 2015, em razão de alteração da legislação, os créditos passaram a ser constituídos sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional.

11 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

11.1. Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 2.055, de 05/04/2016	8,60%	08/04/2016
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 2.054 de 05/04/2016	7,19%	08/04/2016
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

11.2. Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

11.3. Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a bandeira tarifária amarela esteve vigente.

11.4. Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na ETO, e (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS, CAIUA, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EEB	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
CNEE	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EDEVP	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
CFLO	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

11.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, o grupo Energisa envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), as distribuidoras do grupo Energisa, em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, o Grupo Energisa, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento do grupo Energisa, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentido de que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Restará apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL.

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassável para as tarifas dos consumidores, foram de R\$62.195 reconhecidos na demonstração do resultado do exercício consolidado.

12 Ativo e passivo financeiro setorial - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das controladas, distribuidoras de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	465.857	57.143	(415.797)	15.705	44.899	167.807	127.636	40.171	147.482	20.325
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.270	15.176	(14.263)	958	22	6.163	5.088	1.075	5.846	317
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	46.798	21.598	(41.811)	1.424	-	28.009	8.254	19.755	22.000	6.009
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	4.562	2.802	(3.922)	202	-	3.644	1.490	2.154	3.016	628
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	16.662	-	(23.973)	(1)	16.154	8.842	8.842	-	8.842	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	156.026	36.918	(175.702)	16.137	34.351	67.730	67.663	67	67.730	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.125	-	(2.125)	-	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	20.192	56.618	(22.170)	4.563	(5.436)	53.767	11.094	42.673	41.623	12.144
Sobrecontratação de energia (ii)	-	46.660	(1.403)	9.806	10.582	65.645	1.381	64.264	47.229	18.416
CUSD	502	273	(588)	171	(4)	354	217	137	313	41
Exposição de submercados	2.545	-	(2.703)	-	158	-	-	-	-	-
Garantias (v)	-	500	(639)	634	2.283	2.778	1.046	1.732	2.165	613
Saldo a Compensar (vi)	-	-	(1.408)	2.197	-	789	789	-	789	-
Outros itens financeiros (vii)	21.044	21.080	(11.452)	(2.716)	8.244	36.200	7.617	28.583	9.215	26.985
Total Ativo	740.583	258.768	(717.956)	49.080	111.253	441.728	241.117	200.611	356.250	85.478

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	2.271	32.217	1.404	8.642	46.427	90.961	-	90.961	64.454	26.507
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	36	(54)	(3)	(1)	22	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	109.210	177.021	(124.433)	9.403	16.154	187.355	29.610	157.745	138.964	48.391
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	64.795	-	6.597	34.351	105.743	-	105.743	74.352	31.391
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	7.276	13.971	(10.476)	1.039	(5.438)	6.372	5.245	1.127	5.984	388
Sobrecontratação de energia (ii)	242.172	(78.952)	(129.578)	9.663	10.583	53.888	37.024	16.864	45.321	8.567
Devoluções Tarifárias (*)	806	15.095	-	445	805	17.151	-	17.151	-	17.151
CUSD	463	381	(321)	4	(234)	293	-	293	188	105
Exposição de submercados	116	63.672	(6.813)	5.333	(664)	61.644	5.562	56.082	44.486	17.158
Saldo a Compensar (vi)	-	-	(9.853)	-	28.809	18.956	18.877	79	18.956	-
Outros itens financeiros (vii)	9.242	216.560	(168.410)	22.898	(19.562)	60.728	59.195	1.533	60.728	-
Total Passivo	371.592	504.706	(448.483)	64.023	111.253	603.091	155.513	447.578	453.433	149.658
Saldo Líquido	368.991	(245.938)	(269.473)	(14.943)	-	(161.363)	85.604	(246.967)	(97.183)	(64.180)

(*) O valor de R\$15.095 (R\$806 em 2015) refere-se à receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido pelas controladas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTF (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Baixa renda ⁽¹⁾	-	-	21.613	21.959
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	95.712	71.985
Ordens de desativação em curso	-	-	4.322	16.942
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	7.705	20.508
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	651	1.979
Adiantamentos a fornecedores e empregados	121	109	15.628	12.633
Subvenção CDE - desconto tarifário ⁽²⁾	-	-	84.755	171.595
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em Recuperação Judicial ⁽⁴⁾	3.064	2.696	43.518	39.184
Sub-rogação do CCC ⁽⁵⁾	-	-	24.617	39.677
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	-	-	15.204	16.616
Aquisição de combustível para conta CCC	-	-	42.537	26.826
Padrão de Energia	-	-	3.105	3.589
Plano de Universalização	-	-	2.089	3.343
Despesas pagas antecipadamente	-	-	27.039	3.942
Créditos a receber de terceiros ⁽⁶⁾	1.663	1.663	18.595	2.017
Créditos Eletrobrás - LPT ⁽⁷⁾	-	-	26.546	-
Créditos a receber do Estado de Tocantins ⁽⁸⁾	-	-	109.682	98.781
Outros ^(*)	1.221	1.516	20.960	18.212
Total	6.069	5.984	564.278	569.788
Circulante	5.910	5.540	387.683	404.104
Não circulante	159	444	176.595	165.684

(*) Em 2016, inclui, no consolidado, montante de R\$4.277 referente a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(1) Baixa renda - consolidado

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT	ETO	EMS	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUA	Total
Saldos consolidados em 2015	9.246	4.342	4.793	725	445	454	370	1.584	21.959
Subvenção baixa renda	35.972	28.641	30.762	5.185	2.766	1.543	2.496	5.656	113.021
Ressarcimento Eletrobrás	(38.279)	(27.608)	(30.211)	(5.058)	(2.691)	(1.505)	(2.497)	(5.518)	(113.367)
Saldos consolidados em 2016	6.939	5.375	5.344	852	520	492	369	1.722	21.613

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas CNEE, CAIUA, EDEVP, EEB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a

Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2016 foram compensados R\$45.879 referente à subvenção CDE e R\$173.461 referente subvenção baixa renda.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos em aberto correspondem à subvenção incorrida nos meses de novembro e dezembro de 2016, cujo ressarcimento a administração das controladas irá compensar no primeiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT	ETO	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUÁ	EMS	Total
Saldos consolidados em 2015	108.938	22.731	672	777	6.904	203	119	31.251	171.595
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	217.365	45.566	18.949	16.521	17.642	1.978	14.625	99.063	431.709
Ressarcimento Eletrobrás	(277.674)	(59.462)	(15.704)	(14.160)	(22.023)	(1.546)	(12.496)	(115.484)	(518.549)
Atualização monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos consolidados em 2016	48.629	8.835	3.917	3.138	2.523	635	2.248	14.830	84.755

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente Companhia em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de um adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que a Companhia e as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente a receber dos créditos a receber no valor de R\$22.626 (R\$24.471 em 2015).

(5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Jurueña, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014, R\$3.234 até 30 de setembro de 2015 e R\$8.584 em 2016, acrescido de atualização pelo IGPM de R\$3.263 totalizando R\$47.122.
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015 e R\$3.311 em 2016, totalizando R\$7.637. O saldo remanescente é de R\$24.617.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2016	2015
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	47.122	3.263	-	11.749
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	7.637	-	24.617	27.928
Total		97.301	76.113	54.759	3.263	24.617	39.677
Circulante (Principal)						2.204	13.158
Circulante (Variação IGP-M)						-	1.292
Total do Circulante						2.204	14.450
Não Circulante (Principal)						22.413	23.354
Não Circulante (Variação IGP-M)						-	1.873
Total do Não circulante						22.413	25.227

(6) Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos

Esses créditos com terceiros referem-se à valores a receber sobre a venda de bens e direitos alienados.

(7) Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A

A controlada Energisa TO reconheceu no exercício créditos a receber no montante R\$26.546, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(8) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2016	2015
Saldo - inicial - não circulante - 2015 e 2014	98.781	106.328
Amortização realizada no exercício	(2.326)	(7.078)
Ajuste / Atualização monetária - IGPM	13.227	(469)
Saldo- final - não circulante 2016 e 2015	109.682	98.781

- Programa Reluz Tocantins**

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;

iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$84.848 (R\$76.977 em 2015), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2016, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29 de setembro de 2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R\$24.834 (R\$21.804 em 2015). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo o comitê com objetivo de solucionar todos os assuntos dos contratos entre as partes. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração tem expectativa de realização dos créditos da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins no próximo exercício.

14 Transações com partes relacionadas

A Companhia detém o controle acionário direto nas empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%), Denerge (9,82%) e Energisa (29,49%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (99,97%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A (ESOLC), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio.

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos (1)				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE")	-	96.917	-	89.841
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ ("CTCE-RJ")	6.865	-	6.816	-
. Companhia Geral	-	-	33	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ("Denerge")	59.880	-	29.960	2.388
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ ("Denerge-RJ")	47.945	-	47.581	-
. QMRA Participações S/A ("QMRA")	13	-	-	82
. QMRA Participações S/A - RJ ("QMRA-RJ")	726	-	719	-
. BBPM Participações S/A ("BBPM")	-	-	-	2.662
. JQMJ Participações S/A ("JQMJ")	-	-	-	939
. Energisa S/A ("Energisa") (1)	140.266	-	169.259	-
. Energisa S/A - RJ ("Energisa-RJ") (3)	-	502.899	-	546.165
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ("EEVP")	1.295	-	15	-
. Multi Energisa Serviços S/A ("Multi Energisa")	8.395	-	7.400	-
. Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A ("Vale do Vacaria")	-	529	-	759
. Acceptor Consultoria e Corretagem de seguros ("Acceptor")	-	-	-	1.168
. Rede Power do Brasil S/A ("Rede Power")	-	32.491	7.036	-
Subtotal - não circulante	265.385	632.836	268.819	644.004
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (2):				
. Companhia Geral	-	-	480	-
. QMRA Participações S/A ("QMRA")	-	-	3.896	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE")	-	-	3.066	-
. Rede Power do Brasil S/A ("Rede Power")	-	-	165.380	-
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A ("Caiuá")	-	-	22.590	-
. Energisa S/A ("Energisa")	-	-	-	8.000
. Energisa Mato Grosso Sul - Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	-	-	13.314	-
	-	-	208.726	8.000
Total	265.385	632.836	477.545	652.004

Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
. Acceptor Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda. (1)	100% do CDI	31/10/2016
. Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	100% do CDI	18/07/2017
. Energisa S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Energisa S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	100% do CDI	31/10/2017
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (1)	100% do CDI	31/10/2017
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. QMRA Participações S/A (1)	100% do CDI	07/07/2017
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. Rede Power do Brasil S/A (1)	100% do CDI	19/11/2017
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	100% do CDI	01/08/2018
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	100% do CDI	31/10/2017
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	100% do CDI	31/03/2017

(1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mútuo com a Energisa S/A está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,1236 a.a (CDI + 1,0248% a.a. em 31 de dezembro de 2015), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa S/A em 30 de setembro de 2016 com a Companhia e a controlada Rede Power, como segue:

.Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças em 30 de setembro de 2016 firmado pela Energisa S/A com a Companhia e a controlada Rede Power nos montantes de R\$15.782 e R\$8.857, respectivamente, foi devido a transação da Companhia e da controlada Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP - Energias do Brasil S.A., celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Companhia; e (ii) ações ordinárias Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Grosso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Energisa, Companhia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R\$24.639 diretamente com a Energisa S/A que por sua vez passou a ser devedora junto a Companhia e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Companhia e Rede Power na demonstração do resultado do exercício em outras receitas operacionais.

- (2) Refere-se a Adiantamentos para futuro aumento de capital que não possui remuneração. O montante de R\$152.595, registrados em 28 de setembro de 2016, foram recursos aportados pela controladora indireta Energisa S/A.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contabilizou R\$8.000 em adiantamento para futuro aumento de capital, que por decisão da Administração não será capitalizado, tendo sido reclassificado para o saldo de mútuo no primeiro trimestre de 2016.

- (3) Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a juros dos contratos de mútuos:

Controladas	Receitas / (-) Despesas financeira
CTCE	(12.359)
QMRA	(7)
Rede Power	(1.944)
Multi Energisa	1.030
Acceptor	(55)
Denerge	5.318
EEVP	31
Energisa	(36.854)
Total em 2016	(44.840)
Total em 2015	(69.157)

Consolidado:

Saldos dos ativos:

		Ativos				
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Multi Energisa	
Denerge	Mútuo (1)	107.825	-	-	11.919	119.744
Energisa	Mútuo (1)	140.266	-	72.702	-	212.968
EEVP	Mútuo (1)	1.295	9	-	5.725	7.029
		249.386	9	72.702	17.644	339.741
						327.515

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mútuo firmado com a Energisa está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de 1,1236% a.a (CDI + 1,0248% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

Saldos dos passivos:

		Passivos						
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Rede Power	Multi Energisa	2016	2015
Acceptor	Mútuo	-	-	-	-	-	-	1.169
JQMJ (3)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	939
BBPM (3)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	7.132
Energisa	Mútuo	3.656	2.291	-	-	700	6.647	1.795
Energisa-RJ (2)	Créditos adquiridos - RJ	499.243	89.227	22.243	-	-	610.713	646.477
Denerge	Mútuo	-	4.624	124	14	-	4.762	2.388
		502.899	96.142	22.367	14	700	622.122	659.900

(2) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, conforme descrito no item 3 acima.

(3) Empresas incorporadas pela controladora Denerge em novembro de 2016.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas, referente a juros dos contratos de mútuos:

Resultado do exercício:

		Receitas / (-) Despesas financeira						
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Rede Power	Multi Energisa	2016	2015
Energisa	Mútuo	(36.854)	(9.196)	6.960	-	(89)	(39.179)	(66.768)
Acceptor	Mútuo	(55)	-	-	-	-	(55)	(162)
EEVP	Mútuo	31	-	-	-	705	736	2.601
Denerge	Mútuo	5.702	(98)	-	-	1.507	7.111	5.531
BBPM	Mútuo	(278)	(464)	-	1	-	(741)	891
JQMJ	Mútuo	(106)	-	-	-	-	(106)	131
		(31.560)	(9.758)	6.960	1	2.123	(32.234)	(57.776)

		Serviços contratados						
Empresas		Energisa Soluções Construções S/A	Energisa Soluções S/A	Multi Energisa	Energisa	Energisa Serv. Inspeção e Prospecção S/A	2016	2015
Caiuá	6.725	1.509	1.403	-	-	-	9.637	6.494
EEB	7.165	1.140	993	-	-	-	9.298	4.808
CFLO	-	171	309	-	-	-	480	73
CNEE	-	1.417	687	-	-	-	2.104	972
EDEVP	-	1.274	1.097	-	-	-	2.371	1.317
EMS	6.706	2.021	10.817	-	-	102	19.646	11.574
EMT	30.326	4.564	19.225	2.517	-	502	57.134	47.028
ETO	-	2.107	11.305	694	-	386	14.492	9.841
		50.922	14.203	45.836	3.211	990	115.162	76.379

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração Fiscal foram de R\$1.082 (R\$1.022 em 2015) no consolidado e R\$48 em 2015 na controladora, e da Diretoria foi de R\$16.991 (R\$12.094 em 2015) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$1.339 (R\$112 em 2015) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$1.929 (R\$1.558 em 2015) no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração maior, menor e a média atribuída aos dirigentes foram, respectivamente, R\$87, R\$2 e R\$31 (R\$68, R\$2 e R\$19 em 2015) no consolidado.

Na AGO/AGE de 29 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo em 2016 no montante de R\$3.225 (R\$3.000 para o exercício de 2015), na controladora e R\$31.848 (R\$31.752) no consolidado.

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

Com base nos estudos técnicos, a Administração elaborou a projeção de resultados tributáveis, demonstrando a capacidade de realização dos créditos tributários nos exercícios futuros, conforme requerido pelo CPC 32. A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Os impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízos fiscais	20.812	-	279.671	299.224
Base negativa da contribuição social	11.320	-	112.486	119.258
Diferenças temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	365.160	22.121
Contribuição Social	-	-	131.457	7.964
Total - ativo não circulante	32.132		888.774	448.567

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	316.649	320.539	1.172.207	1.017.993
Contribuição Social	113.994	115.394	421.995	366.478
Total - passivo não circulante	430.643	435.933	1.594.202	1.384.471
Total passivo não circulante Líquido	398.511	435.933	705.428	935.904

A natureza dos créditos diferidos é como segue:

	Controladora			
	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos Fiscais	83.251	20.812	-	-
Base negativa da contribuição social	125.774	11.320	-	-
Ajustes a valor presente	(1.193.352)	(405.740)	1.208.911	411.030
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	73.244	24.903
Total	(1.057.571)	(398.511)	(1.282.155)	(435.933)
Total - Ativo Não Circulante	209.025	32.132	-	-
Total Passivo Não Circulante	(1.266.596)	(430.643)	(1.282.155)	(435.933)

	Consolidado			
	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.118.681	279.671	1.196.896	299.224
Base negativa da contribuição social	1.249.846	112.486	1.325.089	119.258
Créditos fiscais - ágio	118.422	40.263	129.188	43.924
Provisão ajuste atuarial	21.699	7.378	10.980	3.733
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscal.	401.627	136.553	467.013	158.784
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (PCLD e Daycoval)	465.779	158.365	584.643	198.779
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	217.638	73.997	150.831	51.283
Ativo financeiro setorial	161.363	54.863	(368.991)	(125.456)
Outras adições temporárias	74.111	25.198	92.552	31.467
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(216.945)	(73.761)	(144.725)	(49.207)
Ajustes a valor presente	(2.285.934)	(777.218)	(2.351.535)	(799.522)
Intangível - Mais Valia	(1.777.124)	(604.222)	(1.942.736)	(660.530)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(209.479)	(71.223)	(239.430)	(81.406)
Marcação a mercado - derivativos	(6.187)	(2.104)	(122.771)	(41.742)
Outras exclusões temporárias	(4.753)	(1.616)	(60.102)	(20.435)
Total	(859.663)	(705.428)	(1.461.505)	(935.904)
Total - Ativo Não Circulante	3.829.166	888.774	1.862.235	448.567
Total Passivo Não Circulante	(4.688.829)	(1.594.202)	(4.071.974)	(1.384.471)

Seguem as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Consolidado
2017	76.940
2018	57.524
2019	61.014
2020	67.505
2021	64.564
2022 a 2026	561.227
Total	888.774

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	122.057	171.340	169.554	161.555
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(41.499)	(58.256)	(57.648)	(54.929)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc)	-	-	(1.699)	(991)
Realização de Tributos Diferidos - Controladas	-	-	-	26.781
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	-	-	55.321	12.081
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(10.179)	(29.673)	(11.039)	(33.022)
Equivalência patrimonial	57.205	86.358	-	-
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores				
Constituídos no Exercício (2)	32.132	-	37.620	64.666
Outras adições	-	-	12.794	9.401
Imposto de renda e contribuição social	37.659	(1.571)	35.349	23.987
Alíquota efetiva	(30,85%)	0,92%	(20,85%)	(14,85%)

- (1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$55.321 (R\$12.081 em 2015), sendo: R\$10.538 (R\$12.081 em 2015) na ETO e R\$44.783 na EMT.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

- (2) A Rede Energia constituiu no exercício créditos tributários de R\$32.132 de prejuízos fiscais apurados nos últimos exercícios sociais, de acordo com as normas previstas no CPC.

A Administração da Companhia e de suas controladas objetivando quitar débitos tributários, decidiram aderir ao programa oficializado com a edição da Medida Provisória nº 766 de 05 de janeiro de 2017 regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.687 de 01/02/2017 da Receita Federal do Brasil, que instituiu o Programa de Regularização Fiscal, permitindo às empresas quitarem débitos de natureza tributária ou não tributária, possibilitando às pessoas jurídicas que aderirem ao programa, liquidação de até 80% (oitenta por cento) dos débitos fiscais, com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, próprios e de empresas controladora e controladas de forma direta ou indireta o que permitiu a Companhia o reconhecimento dos créditos em face de provável realização no exercício de 2017.

Ao mesmo tempo a controlada CAIUA, veio a reconhecer parte de seu crédito fiscal de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da ordem de R\$5.488 (R\$64.666 em 2015) em face das projeções futuras de seus resultados demonstrarem a capacidade de realização dos créditos o que foi permitido pela conclusão em dezembro de 2015, do processo de renovação de seu contrato de concessão, com a assinatura do quinto aditivo contratual (vide nota explicativa nº 1), o que permitiu a controlada CAIUA a manter suas atividades de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos. Com a renovação da concessão, a controlada passou a se enquadrar nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados, parte dos créditos tributários escriturados em seus registros fiscais, serão recuperados nos próximos exercícios.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015, a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por mudança de prática contábil, as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão - VNR no consolidado no grupo de receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão em R\$90.221 (R\$176.220 em 2015). No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo do valor do VNR a valor justo com aplicação da variação do novo índice de atualização (IPCA).

O saldo do contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante no consolidado.

Seguem as modificações ocorridas pelas controladas:

	Saldo 2015	Adições (2)	Baixas	Receitas Operacionais - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Saldo 2016
EMT	1.074.263	209.729	(4.028)	47.676	1.327.640
ETO	635.021	61.476	(21.933)	29.453	704.017
EMS	438.954	134.511	(191)	12.528	585.802
CAIUA	12.225	37	(4)	314	12.572
CNEE	6.309	99	-	(553)	5.855
CFLO	1.452	3	-	71	1.526
EEB	7.693	60	-	578	8.331
EDEVP	4.991	57	-	154	5.203
TOTAL GERAL	2.180.908	405.972	(26.156)	90.221	2.650.946

(1) Os ativos estão a valor justo com a aplicação variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador tarifário nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(2) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

	Saldo 2014	Adições (2)	Baixas	Receitas Operacionais - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferência para intangível (3)	Saldo 2015
EMT	878.868	118.221	(3.844)	81.018	-	1.074.263
ETO	428.596	186.934	(15.278)	34.769	-	635.021
EMS	318.859	96.807	(1.574)	24.862	-	438.954
CAIUA	131.542	21.858	(6.273)	11.231	(146.133)	12.225
CNEE	64.314	15.682	(1.503)	5.298	(77.482)	6.309
CFLO	20.258	3.031	(354)	1.846	(23.329)	1.452
EEB	133.936	29.169	(1.152)	9.679	(163.939)	7.693
EDEVP	88.716	15.100	(1.557)	7.517	(104.785)	4.991
TOTAL GERAL	2.065.089	486.802	(31.535)	176.220	(515.668)	2.180.908

(1) Os ativos estão a valor justo com a aplicação variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador tarifário nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(2) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(3) Em dezembro de 2015, foram concluídos os processos de renovação das concessões das controladas CAIUA, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura dos Termos Aditivos ao contrato de concessão. Após assinaturas do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

As controladas CNEE, EEB, CAIUA e EDEVP passaram por processo do 4º ciclo de revisão tarifária e por consequência reconheceram o VNR - Valor Novo de Reposição de acordo com as Resoluções da ANEEL, tendo registrado o montante de R\$18.903 em outras receitas financeiras.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participação em controladas	3.931.304	3.437.947	-	-
Outros	103	103	8.084	8.128
Total	3.931.407	3.438.050	8.084	8.128

Participação em controladas:

2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								130.682	3.422.589
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	95,85	23	91.351	345.497	243.824	101.673	3.841	3.419	97.453
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	23	34.000	215.150	134.351	80.799	10.596	10.457	79.740
Companhia Força e Luz do Oeste	98,30	3	11.500	90.578	71.547	19.031	2.517	2.455	18.708
Energisa Tocantins	76,67	500	505.729	2.102.605	1.166.579	936.026	2.728	333	717.662
Energisa Mato Grosso	57,67	122.786	1.469.786	6.203.188	3.934.750	2.268.438	104.545	60.290	1.308.209
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.435.120	2.082.696	1.352.424	59.990	38.400	865.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100	366.241	335.857	558.420	364.771	193.649	995	995	193.649
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	100	119.905	119.905	320.886	179.419	141.467	14.333	14.333	141.468
Comercialização								1.111	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,99	7	500	121.721	288.354	(166.633)	1.112	1.111	-
Prestação de Serviços								2.728	8.403
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	41.644	33.232	8.412	2.729	2.728	8.403
Holdings e demais Companhias								33.729	500.312
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.189.734	74.156	48.005	26.151	5.074	5.074	26.151
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	263	235.379	523.051	50.568	472.483	28.115	28.112	472.436
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	100	1	1.112	1.993	268	1.725	728	728	1.725
Cia Geral	83,31	14	-	-	-	-	-	(185)	-
Total								168.250	3.931.304

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$166.617, além de R\$4.218 referente ao investimento Vale da Vacaria e QMRA, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								208.295	2.946.910
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	91,45	1.072	40.948	357.912	305.834	52.078	(1.154)	(1.055)	47.626
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	2.334	28.000	245.331	156.872	88.459	20.529	20.259	87.301
Companhia Força e Luz do Oeste	97,70	338.487	11.500	94.201	72.735	21.466	2.087	2.039	20.972
Energisa Tocantins	71,42	380	342.969	1.973.277	1.180.738	792.539	28.200	20.132	566.032
Energisa Mato Grosso	57,67	98.228	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	10.117	1.061.185
Energisa Mato Grosso do Sul	63,11	26.819	595.650	3.451.721	2.088.233	1.363.488	61.046	38.530	860.505
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100,00	283.651	283.267	563.749	400.765	162.984	93.629	93.629	162.984
Empresa de Distrib. De Energia Vale Parapanema S.A.	100,00	119.905	119.905	338.004	197.699	140.305	24.644	24.644	140.305
Comercialização								16.636	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,91	1	500	108.060	272.740	(164.680)	16.652	16.636	-
Prestação de Serviços								8.164	11.732
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,90	1	1.830	47.792	36.001	11.791	8.117	8.164	11.732
Holdings e demais companhias								20.899	479.305
QMRA Participações S.A.	100,00	2.408.385	1.185.838	67.097	46.020	21.077	1.280	1.279	21.077
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	97	70.000	507.212	50.493	456.719	20.257	20.258	456.661
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	100,00	1	1.112	1.602	187	1.415	345	(600)	1.415
Cia Geral	63,97	5	443	-	33	(33)	(60)	(38)	152
Total								253.994	3.437.947

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$164.530, além de R\$4.218 referente ao investimento Vale da Vacaria e QMRA, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2015	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações (2)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2016
Distribuição	2.946.910	451.199	10.004	(109.819)	(6.387)	130.682	3.422.589
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	47.626	50.490	223	(3.987)	(318)	3.419	97.453
Companhia Nacional de Energia Elétrica	87.301	-	-	(17.601)	(417)	10.457	79.740
Companhia Força e Luz do Oeste	20.972	-	122	(4.681)	(160)	2.455	18.708
Energisa Tocantins	566.032	152.595	5.546	(5.807)	(1.037)	333	717.662
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.061.185	202.342	9	(11.932)	(3.685)	60.290	1.308.209
Energisa Mato Grosso do Sul	860.505	7.772	4.104	(44.935)	(146)	38.400	865.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	162.984	30.000	-	-	(330)	995	193.649
Empresa de Distrib. De Energia Vale Parapanema S.A.	140.305	8.000	-	(20.876)	(294)	14.333	141.468
Comercialização	-	-	-	-	-	1.111	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	1.111	-
Prestação de Serviços	11.732	-	47	(6.104)	-	2.728	8.403
Multi Energisa Serviços S.A.	11.732	-	47	(6.104)	-	2.728	8.403
Holdings e demais companhias	479.305	33	(4.174)	(8.499)	(82)	33.729	500.312
QMRA Participações S.A.	21.077	-	-	-	-	5.074	26.151
Rede Power do Brasil S.A.	456.661	-	(4.174)	(8.081)	(82)	28.112	472.436
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.415	-	-	(418)	-	728	1.725
Companhia Geral	152	33	-	-	-	(185)	-
Total	3.437.947	451.232	5.877	(124.422)	(6.469)	168.250	3.931.304

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;

(2) Ganho/perda em transações com aquisições de ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Rede Energia S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores, resultando em ganho de capital no valor de R\$5.877 contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido.

Controladas	Saldo em 2014	Subscrição, aquisição e AFAC.	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2015
Distribuição	2.849.405	13.314	(124.948)	844	208.295	2.946.910
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	69.017	-	(20.411)	75	(1.055)	47.626
Companhia Nacional de Energia Elétrica	88.637	-	(21.570)	(25)	20.259	87.301
Companhia Força e Luz do Oeste	24.954	-	(5.969)	(52)	2.039	20.972
Energisa Tocantins	557.122	-	(11.281)	59	20.132	566.032
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.058.409	-	(8.526)	1.185	10.117	1.061.185
Energisa Mato Grosso do Sul	859.861	13.314	(51.190)	(10)	38.530	860.505
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	69.456	-	-	(101)	93.629	162.984
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	121.949	-	(6.001)	(287)	24.644	140.305
Comercialização	-	-	-	-	16.636	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	16.636	-
Prestação de Serviços	6.448	-	(3.007)	127	8.164	11.732
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	6.448	-	(3.007)	127	8.164	11.732
Holdings e demais companhias	494.203	(9.186)	(26.605)	(6)	20.899	479.305
QMRA Participações S.A.	19.798	-	-	-	1.279	21.077
Rede Power do Brasil S.A.	454.392	7.768	(25.751)	(6)	20.258	456.661
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A. (2)	19.869	(17.000)	(854)	-	(600)	1.415
Companhia Geral	144	46	-	-	(38)	152
Total	3.350.056	4.128	(154.560)	965	253.994	3.437.947

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(2) Refere-se à redução do capital da controlada.

Provisão para perdas em participação societária - investimento:

	Controladora	
	2016	2015
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária		
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	4.218	4.218
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - CTCE	166.617	164.530
Total - passivo não circulante	170.835	168.748

18 Imobilizado - consolidado

	Saldo 2015	Adição(*)	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2016
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	1.555	(30)	-	-	-	1.525
Máquinas e equipamentos	12.408	32.474	3.564	-	-	48.446
Veículos	38.311	-	495	-	-	38.806
Móveis e utensílios	1.251	7.698	1.780	-	-	10.729
Total do imobilizado em serviço	53.525	40.142	5.839	-	-	99.506
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(142)	(78)	-	-	(42)	(262)
Máquinas e equipamentos	(3.659)	(19.256)	-	-	(4.337)	(27.252)
Veículos	(29.743)	-	-	-	(5.937)	(35.680)
Móveis e utensílios	(556)	(4.450)	-	-	(426)	(5.432)
Total Depreciação acumulada	(34.100)	(23.784)	-	-	(10.742)	(68.626)
Subtotal Imobilizado	19.425	16.358	5.839	-	(10.742)	30.880
Imobilizado em curso	-	6.182	(5.839)	-	-	343
Total do Imobilizado	19.425	22.540	-	-	(10.742)	31.223

(*) Inclui ativos reclassificados do intangível para o imobilizado no montante de R\$16.361, referente a máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios.

	Saldo 2014	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo 2015
Imobilizado em Serviço					
Custo:					
Edificações e benfeitorias	325	-	1.230	-	1.555
Máquinas e equipamentos	2.756	-	9.652	-	12.408
Veículos	38.311	-	-	-	38.311
Móveis e utensílios	932	-	319	-	1.251
Total do imobilizado em serviço	42.324	-	11.201	-	53.525
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	(14)	(142)
Máquinas e equipamentos	(2.678)	-	-	(981)	(3.659)
Veículos	(24.729)	-	-	(5.014)	(29.743)
Móveis e utensílios	(482)	-	-	(74)	(556)
Total Depreciação acumulada	(28.017)	-	-	(6.083)	(34.100)
Subtotal Imobilizado	14.307	-	11.201	(6.083)	19.425
Imobilizado em curso	14	11.187	(11.201)	-	-
Total	14.321	11.187	-	(6.083)	19.425

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são revisadas anualmente, é como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2016	2015
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,38%
Máquinas e equipamentos	7,91%	6,25%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

19 Intangível

Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2016
Intangível em Serviço						
Custo	10.676.653	-	568.567	(137.783)	-	11.107.437
Amortização Acumulada	(4.653.126)	-	(71.435)	105.248	(660.082)	(5.279.395)
Subtotal	6.023.527	-	497.132	(32.535)	(660.082)	5.828.042
Em Curso	869.446	1.282.411	(497.132)	(624.546)	-	1.030.179
Total Intangível	6.892.973	1.282.411	-	(657.081)	(660.082)	6.858.221
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.002.444	11.139	77.873	-	-	2.091.456
Amortização Acumulada	(762.773)	-	(62.425)	-	(126.600)	(951.798)
Subtotal	1.239.671	11.139	15.448	-	(126.600)	1.139.658
Em Curso	226.409	210.941	(15.448)	(218.574)	-	203.328
Total das Obrigações vinculadas à concessão	1.466.080	222.080	-	(218.574)	(126.600)	1.342.986
Total Intangível	5.426.893	1.060.331	-	(438.507)	(533.482)	5.515.235

(*) Do total das baixas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de R\$438.507, R\$405.972 trata-se de transferências para o contas a receber da concessão, R\$16.358 transferido para o imobilizado e R\$16.177 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Saldo 2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização	Saldo 2015
Intangível em Serviço							
Custo	9.554.046	-	726.993	512.807	(117.193)	-	10.676.653
Amortização Acumulada	(4.074.798)	(490)	-	-	75.874	(653.712)	(4.653.126)
Subtotal	5.479.248	(490)	726.993	512.807	(41.319)	(653.712)	6.023.527
Em Curso	792.853	1.173.741	-	(512.807)	(584.341)	-	869.446
Total Intangível	6.272.101	1.173.251	726.993	-	(625.660)	(653.712)	6.892.973
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	1.675.109	50.908	211.325	70.401	(5.299)	-	2.002.444
Amortização Acumulada	(654.542)	(400)	-	-	-	(107.831)	(762.773)
Subtotal	1.020.567	50.508	211.325	70.401	(5.299)	(107.831)	1.239.671
Em Curso	269.902	154.811	-	(70.401)	(127.903)	-	226.409
Total das Obrigações vinculadas à concessão	1.290.469	205.319	211.325	-	(133.202)	(107.831)	1.466.080
Total Intangível	4.981.632	967.932	515.668	-	(492.458)	(545.881)	5.426.893

(*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$726.993 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$211.325, em face da renovação do contrato de concessão.

(**) Do total das baixas realizadas no exercício findo em 2015 de R\$492.458, R\$486.802 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados com redução da rubrica de incorporação de redes, (R\$5.299) refere-se a devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins - Ofício nº 685/2015 SFF/ANEEL e R\$41.319 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução 691/2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EDEVP 4,39%, EMT 4,16%, CAIUA 4,37%, ETO 3,95%, EEB 4,36%, CNEE 4,51%, CFLO 4,54%, EMS 4,34%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2016	2015
Contribuições do consumidor (1)	1.976.050	1.872.893
Participação da União - recursos CDE (2)	1.134.585	1.111.158
Participação do Governo do Estado (2)	257.008	247.507
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	186.969	133.068
(-) Amortização acumulada	(951.798)	(762.773)
Total	2.602.814	2.601.853
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.259.827	1.135.773
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.139.658	1.239.671
Infraestrutura - Intangível em curso	62.028	121.484
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	141.301	104.925
Total	2.602.814	2.601.853

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

As controladas passaram a amortizar as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) a partir da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em: CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008) e EEB (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas desde 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo a CNEE, EDEVP, CAIUÁ em 12 de Maio/2012, CFLO em 29 de Junho/2012, ETO em 04 de Julho/2012, EMT, EMS e EEB em 08 de Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

A partir do 4º ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente serão apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e amortizado a partir do início do 5º ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento: (1)				
CCEE	-	-	40.288	92.411
Contratos Bilaterais (1)	-	-	819.910	821.146
Uso de rede básica (1)	-	-	12.348	8.887
Encargos de Serviço no sistema (1)	-	-	14.719	117.157
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	6.828	9.272
Materiais, serviços e outros (2)	161	288	128.843	169.596
Total	161	288	1.022.936	1.218.469
Circulante	161	288	822.126	898.745
Não Circulante	-	-	200.810	319.724

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição. Inclui R\$326.228 (R\$351.140 em 2015), dos quais R\$195.078 (R\$312.125 em 2015) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 31 de dezembro de 2016 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$77.836 (R\$50.433 em 2015) e reconhecido R\$52.924 (R\$50.433 em 2015) de atualização financeira.
- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes relacionados, são como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	106.719	93.020	2.582.206	1.878.299
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira	-	-	559.627	904.786
Encargos de dívidas - Moeda Nacional	465	468	17.061	7.788
Encargos de dívidas - Moeda Estrangeira	-	-	6.925	6.372
(-) Custos à amortizar	-	-	(6.434)	(2.304)
(-) Marcação à mercado de dívidas	-	-	8.472	(2.406)
Total	107.184	93.488	3.167.857	2.792.535
Circulante	465	468	629.421	420.421
Não Circulante	106.719	93.020	2.538.436	2.372.114

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)			Garantias (1)
	2016	2015							
REDE ENERGIA S.A.									
Credores "RJ" - Bicbanco	4.577	4.276	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	15,19%			E
Credores "RJ" - BNB	10.091	9.428	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	15,19%			E
Credores "RJ" - Opção "C"	92.516	79.784	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	15,19%			-
Total em Moeda Nacional	107.184	93.488							
Total Rede Energia S.A.	107.184	93.488							
EMT									
FIDIC Grupo Energisa IV	354.119	354.197	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	9,01%			E
FIDIC Grupo Energisa II	486.289	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	14,70%			E
CCB - JP Morgan	-	21.085	CDI + 2,00% a.a.	mai/17	Mensal	16,00%			E
CCB - Santander ⁽²⁾	26.953	32.335	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	16,28%			E + A
CCB - Bank of China	-	30.027	CDI + 2,50% a.a.	nov/16	Final	16,50%			A
FINAME - Safra	-	28	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a	abr/16	Mensal	11,40%	a 14,00%		-
Luz para Todos I - Eletrobrás	119.033	160.391	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	6,00%	a 8,00%		-
Luz para Todos II - Eletrobrás	136.176	144.191	SELIC	nov/19	Mensal	14,02%			-
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%		A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	63.982	62.855	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%		A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	59.004	57.964	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%			A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	56.797	49.710	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%			A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	52.379	45.843							
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(3.024)	-							
Total em Moeda Nacional	1.351.708	958.626							
Resolução 4131-Bank of America ML ⁽²⁾	4.944	20.143	1,50% a.a. (Pré)	mai/17	Mensal	-15,04/5			D
Leasing - Cessna Finance	33.622	46.744	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	-9,79%			C
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	(1)	(298)							
Total em Moeda Estrangeira	38.565	66.589							
Total EMT	1.390.273	1.025.215							
EMS									
FIDIC Grupo Energisa IV	292.084	292.156	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	9,01%			E
FIDIC Grupo Energisa II	221.896	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	14,70%			E
FINAME I - Safra	-	20	8,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	8,00%			B
FINAME II - Safra	-	5	TJLP + 5,70% a.a	mar/16	Mensal	13,20%			B
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%		A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	32.771	29.976	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%		A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	29.178	26.445	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%			A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	26.736	23.400	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%			A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	23.586	20.643							
Luz para Todos - Eletrobrás	29.055	40.469	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	6,00%	a 8,00%		-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.373)	(624)	-	-	-				-
Total em Moeda Nacional	653.933	432.490	-	-	-				-
Resolução 4131-Bank of America I ML ⁽²⁾	102.673	123.016	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	-14,54%			A
Resolução 4131-Bank of America MLII ⁽²⁾	-	36.186	1,90% a.a. (Pré)	set/16	Final	-14,64%			A
Resolução 4131-Bank of America MLIII ⁽²⁾	-	29.788	3,52% a.a. (Pré)	ago/16	Final	-13,02%			A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	6	(3.659)	-	-	-				-
Total em Moeda Estrangeira	102.679	185.331							
Total EMS	756.612	617.821							
ETO									
Luz para Todos I - Eletrobrás	23.622	38.236	6,0% a 6,5% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	a 6,50%		E
Luz para Todos II - Eletrobrás	63.600	67.341	SELIC	nov/19	Mensal	14,02%			-
CCB - Santander ⁽²⁾	69.911	83.870	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	16,28%			E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%		A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	54.851	53.850	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%		A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	24.093	23.654	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%			A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	42.544	37.233	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%			A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	18.688	16.354							

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garantias (1)
	2016	2015						
Nota Promissória Itaú ⁽²⁾	100.408	-	CDI + 1,85% a 1,95% a.a.	dez/19	Final	15,85%	a 15,95%	
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.037)	(1.680)	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	395.680	318.858						
Resolução 4131 - Itaú ⁽²⁾	213.866	256.180	2,72% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	-13,82%		E
Resolução 4131-Bank of America I ML ⁽²⁾	-	51.384	1,48% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,06%		A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	4.880	40	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	218.746	307.604						
Total ETO	614.426	626.462						
CAIUÁ								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	248	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%		E
CCB - Santander ⁽²⁾	7.160	8.589	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	16,28%		E + A
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%	A
Repasse BNDES I - Itaú ⁽¹⁾	15.800	14.126						
Repasse BNDES II - Itaú ⁽¹⁾	9.731	8.517	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%		A
Total em Moeda Nacional	32.691	31.480						
Resolução 4131 - Itaú BBA	84.698	101.456	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-13,14%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML ⁽²⁾	42.033	50.364	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	-14,69%		A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	1.329	(1.720)	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	128.060	150.100						
Total CAIUÁ	160.751	181.580						
CNEE								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	53	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%	A
Repasse BNDES I - Itaú ⁽¹⁾	4.702	4.116						
Repasse BNDES II - Itaú ⁽¹⁾	8.558	7.551	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%		A
Total em Moeda Nacional	13.260	11.720						
Resolução 4131 - ABC	-	12.699	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-13,26%		E
(+) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	-	65						
Total em Moeda Estrangeira	-	12.764						
Total CNEE	13.260	24.484						
CFLO								
Luz para Todos - Eletrobrás	64	125	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	6,00%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%	A
Repasse BNDES I - Itaú ⁽¹⁾	2.141	2.103						
Repasse BNDES II - Itaú ⁽¹⁾	1.754	1.535	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%		A
Total em Moeda Nacional	3.959	3.763						
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.422	31.078	3,83% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-12,71%		A
(+) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	753	101	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	26.175	31.179						
Total CFLO	30.134	34.942						
EDEV								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	209	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%	A
Repasse BNDES I - Itaú ⁽¹⁾	8.453	4.436						
Repasse BNDES II - Itaú ⁽¹⁾	5.068	7.821	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%		A
Total em Moeda Nacional	13.521	12.466						
Resolução 4131 - ABC	-	25.396	3,28% a.a. (Pré)	abr/17	Final	-13,26%		A
(+) Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	-	130	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	-	25.526						
Total EDEV	13.521	37.992						
EEB								
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	1.661	2.390	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	6,00%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46%	a 11,76%	A
Repasse BNDES I - Itaú ⁽¹⁾	6.520	5.706						
Repasse BNDES II - Itaú ⁽¹⁾	9.195	9.031	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%		A
Total em Moeda Nacional	17.376	17.127						

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (1)
	2016	2015					
Resolução 4131 - Itaú	13.031	15.609	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-13,14%	A
Resolução 4131 - Santander	-	59.305	4,74% a.a. (Pré)	dez/16	Mensal	-11,80%	A
Resolução 4131 - ABC	46.263	51.810	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	-11,58%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	1.505	2.935	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	60.799	129.659					
Total EEB	78.175	146.786					

CTCE							
Credores "RJ" - BMG	3.521	3.765	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	15,19%	-
Total em Moeda Nacional	3.521	3.765					
Total CTCE	3.521	3.765					

Em Moeda Nacional	2.592.833	1.883.783
Em Moeda Estrangeira	575.024	908.752
Total Rede Consolidada	3.167.857	2.792.535

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Recebíveis.

- (1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, já enquadrado para as oito subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social do controlador final Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa.

Até 31 de dezembro de 2016, foram liberados R\$519.665 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.161
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	104.875
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
CAIUÁ Distribuição de Energia S/A	24.024
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.726
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	12.516
Companhia Força e Luz do Oeste	3.635
Total	519.665

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, os índices foram cumpridos.

- (2) Os contratos junto ao Bank of América Merrill Lynch, Itaú BBA e Santander possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (3) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 37).
- (4) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
IPCA	6,29%	10,67%
IGP-M	7,19%	10,54%
LIBOR	0,67%	0,29%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	2,01%	1,80%

Em 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2018	106.719	523.196
2019	-	359.270
2020	-	171.154
2021	-	163.610
Após 2021	-	1.321.206
Total	106.719	2.538.436

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldos iniciais em 2015 e 2014	93.488	89.157	2.792.535	1.724.005
Novos empréstimos e financiamentos obtidos		-	993.046	1.333.931
Custos Apropriados	-	-	(3.613)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1.113	1.263	138.890	366.365
Marcação Mercado Dívida	-	-	10.878	(2.407)
Reversão ajuste a valor presente	13.699	4.184	13.948	4.184
Pagamento de principal	-	-	(534.909)	(481.977)
Pagamento de juros	(1.116)	(1.116)	(242.918)	(151.566)
Saldos finais em 2016 e 2015	107.184	93.488	3.167.857	2.792.535
Circulante	465	468	629.421	420.421
Não circulante	106.719	93.020	2.538.436	2.372.114

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Empresas	Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
ETO	Banco Santander	64	256	56	376
	Banco Itaú BBA - BNDES	341	341	979	1.661
		405	597	1.035	2.037
EMT	Banco Itaú BBA - BNDES	615	615	1.794	3.024
		615	615	1.794	3.024
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	270	270	833	1.373
		270	270	833	1.373
	TOTAL	1.290	1.482	3.662	6.434

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Debentures - moeda nacional	48.174	44.735	704.888	959.790
(-) custos de captação incorridos na captação	-	-	(3.386)	(5.338)
Total	48.174	44.735	701.502	954.452
Circulante	1.391	1.400	150.905	123.728
Não Circulante	46.783	43.335	550.597	830.724

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2016	2015						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	48.174	44.735	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul /36	Final	15,19%
Total REDE ENERGIA	48.174	44.735						
ETO								
1ª Emissão	-	50.680						
(-) custos de captação	-	(256)						
Total ETO	-	50.424						
EMS								
7ª Emissão	353.239	405.442	31/05/14	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	16,28%
(-) custos de captação	(1.601)	(2.389)						
Total EMS	351.638	403.053						
EMT								
5ª Emissão	303.475	458.933	15/05/14	45.000 / 45.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	16,28%
(-) custos de captação	(1.785)	(2.693)						
Total EMT	301.690	456.240						
TOTAL	704.888	959.790						
(-) custos de captação	(3.386)	(5.338)						
Total em moeda nacional	701.502	954.452						
CONSOLIDADO	701.502	954.452						

- (1) As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$291.407 e ajuste a valor presente.
- (2) As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 2016, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	-	149.413
2019	-	149.413
2020	-	149.413
2021	-	62.255
Após 2021	46.783	40.103
Total	46.783	550.597

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

2016				
	EMT	ETO	EMS	
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	Consolidado
Exercício 2017	714	-	682	1.396
Exercício 2018	714	-	682	1.396
Após 2019	357	-	237	594
	1.785	-	1.601	3.386

2015				
	EMT	ETO	EMS	
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	Consolidado
Exercício 2015	908	126	788	1.822
Exercício 2016	404	52	362	818
Após 2016	1.381	78	1.239	2.698
	2.693	256	2.389	5.338

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldos iniciais em 2015 e 2014	44.735	38.136	954.452	984.122
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	3.330	4.170	121.210	143.126
Reversão ajuste a valor presente	3.448	5.768	3.448	5.768
Pagamento de principal	-	-	(87.066)	(5.544)
Recompra de debêntures	-	-	(158.255)	(34.646)
Pagamento de juros	(3.339)	(3.339)	(132.287)	(138.374)
Saldos finais em 2016 e 2015	48.174	44.735	701.502	954.452
Circulante	1.391	1.400	150.905	123.728
Não circulante	46.783	43.335	550.597	830.724

Recompra de debêntures:

Controladas:

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 a controlada Energisa Mato Grosso efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000 e em 08 de setembro de 2016 recomprou mais 860 debêntures no valor de R\$8.255.

. Em 04 de janeiro de 2016 a controlada Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

. Em 07 de maio de 2015, controlada Energisa Mato Grosso resgatou e cancelou a totalidade das debentures de sua 2ª emissão no montante de R\$34.646.

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	219.812	227.490
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	3.040	328
Encargos Sociais	-	4	11.547	13.955
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	29.717	19.127
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL	-	-	10.448	8.508
Contribuições ao PIS e a COFINS	227	141	77.178	84.336
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	314	261	2.206	2.267
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	112	575
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	10	262	333	519
Outros	17	15	24.405	7.990
Total	568	683	378.798	365.095
Circulante	568	683	274.053	327.531
Não Circulante	-	-	104.745	37.564

- (a) As controladas CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do baixa renda com depósito judicial no montante de R\$24.128 (R\$20.545 em 2015) que foram registrados no passivo não circulante, enquanto as controladas EMT e ETO possuem R\$36.134 referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7).

24 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	REDE SUL (SP) (*)	2016	2015
COFINS	-	354	354	1.081
ICMS	496	82.199	82.695	93.938
TOTAL	496	82.553	83.049	95.019
Circulante	284	13.201	13.485	16.988
Não Circulante	212	69.352	69.564	78.031

(*) Inclui as controladas EEB, EDEVP, CAIUÁ, CFLO e CNEE.

As Controladas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO possuem parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná (ELO) no montante R\$ 82.199 (R\$91.042 em 2015) sendo: R\$ 26.483 (R\$29.171 em 2015) na CAIUÁ, R\$ 15.322 (R\$ 16.877 em 2015) na CNEE, R\$ 19.732 (R\$21.735 em 2015) na EDEVP, R\$ 19.686 (R\$21.616 em 2015) na EEB, R\$ 976 (R\$1.643 em 2015) na CFLO.

Abaixo, número máximo de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	REDE SUL (*)
COFINS	5
ICMS	75
	80

(*) Inclui as controladas EEB, EDEVP, CAIUÁ, CFLO e CNEE.

Saldos em 2016:

	Valor original	Multa	Juros	Total
COFINS	94	10	250	354
ICMS	47.718	5.339	29.638	82.695
TOTAL	47.812	5.349	29.888	83.049

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2016
2017	13.485
2018	15.855
2019	14.285
2020	13.307
Após	26.117
Total	83.049
Circulante	13.485
Não circulante	69.564

25 Encargos setoriais - consolidado

	2016	2015
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	85.317	123.990
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.351	3.180
Ministério de Minas e Energia - MME	1.160	1.587
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	108.257	108.951
Programa de Eficiência Energética - PEE	194.229	204.137
Total	391.314	441.845
Circulante	239.748	276.990
Não circulante	151.566	164.855

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26 Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2016	2015
Saldo inicial -2015 e 2014	173.500	329.498
Juros	22.438	25.465
Amortização	(41.598)	(181.463)
Saldo Final -2016 e 2015	154.340	173.500
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	59.465	66.863
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	94.875	106.637
Circulante	58.635	20.373
Não circulante	95.705	153.127

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobras pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

27 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, EEB, CNEE, CFLO, CAIUA e EDEVP até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n.º 1993 (EMT) e n.º 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	294.625	363.293
Adição no exercício	49.464	53.996
Atualização monetária	55.887	42.590
Baixas/pagamentos (*)	(86.963)	(165.254)
Saldos em 2016 e 2015	313.013	294.625
Circulante	234.398	109.463
Não circulante	78.615	185.162

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$86.963 refere-se a pagamentos (R\$149.546 em 2015 e R\$15.708 a processos indeferidos).

28 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - não circulante 2015 e 2014	157.019	276.138	33.856	467.013	538.671
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	50.619	80.696	1.019	132.334	178.149
Reversões de provisões	(21.706)	(104.119)	(26.682)	(152.507)	(210.491)
Pagamentos efetuados	(21.651)	(52.841)	(6)	(74.498)	(73.788)
Atualização monetária	8.184	17.262	3.839	29.285	34.472
Saldos finais - não circulante 2016 e 2015	172.465	217.136	12.026	401.627	467.013
Depósitos e cauções vinculados (*)				(97.175)	(67.989)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$132.038 (R\$119.862 em de 2015). Desse total, R\$34.863 (R\$51.873 em 2015), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram constituídas cerca de R\$50.619 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos, entretanto, as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$21.651, e por consequência reverteram provisões de R\$21.706. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$80.696, principalmente relacionadas a novas ações e ao aumento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$52.841, e por consequência reverteram provisões de R\$104.119. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

O incremento de novas provisões no exercício findo 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.019, principalmente relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

A reversão da provisão no exercício foi ocasionada principalmente pela baixa na controlada EMT de processos de cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS pela SEFAZ de Mato Grosso, em virtude de pagamento realizado no âmbito de programa de parcelamento (pagos em parcela única, com benefícios), após julgamento parcialmente procedente do auto de infração correlato.

Principais processos:

Controlada - ETO

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.544 (R\$3.979 em 2015).

. Processo nº 2010.002.0904-8 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.380 (R\$2.960 em 31 2015).

Perdas possíveis - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$3.140.216 (R\$2.213.678 em 2015) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$101.987 (R\$74.142 em 2015), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento refere-se, basicamente, a alteração de prognóstico em processos da base de ativos, bem como propositura de novos processos.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.444.432 (R\$1.361.339 em 2015) no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia; e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora:

. Ação de execução por quantia certa, com montante envolvido de R\$158.843 (R\$145.106 em 2015), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pela Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da Companhia vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

. Ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$159.990 (R\$145.892 em 2015), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015.

. Ação na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP, o processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das sociedades envolvidas. Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Atualmente está em curso prazo para os credores apresentarem Apelação contra a decisão de encerramento.

Controladas:

EMS

. Ação cível coletiva, no montante de R\$159.077 (R\$148.132 em 2015), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalcule das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública, no montante de R\$79.026 (R\$73.589 em 2015), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido.

. Ação cível pública, no montante de R\$59.583 (R\$55.484 em 2015), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação de indenização, no montante de R\$65.994 (R\$61.454 em 2015), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização, no montante de R\$37.398 (R\$34.825 em 2015), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

Caiua

. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a Verbas Contratuais, com valor pedido de R\$ 19.989, proposta em abril de 2016.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.591.797 (R\$778.197 em 2015), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Principais processos:

Controladas:

ETO

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$145.446 (R\$127.351 em 2015).

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$68.002 (R\$59.541 em 2015).

EMS

. Auto de infração com montante envolvido de R\$60.506 (R\$53.031 em 2015), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$61.128 (R\$53.031 em 2015), com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente.

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$78.052, com exigência de valores relativos à devolução de ICMS incidentes sobre a demanda medida no período de janeiro a dezembro de 2009 por falta de inclusão da base de cálculo de ICMS das contribuições de PIS e COFINS.

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$91.524, relativos à devolução indevida de ICMS incidente sobre a demanda medida do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2013.

. Processo envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Os processos referentes a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais e restabelecimento da exação, de modo a compor a forma mais eficaz de, atuando como agente intermediário entre o Estado e os consumidores derrotados no questionamento judicial, propiciar meios de o Estado obter a arrecadação do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 31 de dezembro 2016, o processo de ICMS sobre demanda montava em R\$622.848 (R\$396.880 em 2015), para o qual a

controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de que a perda seria possível.

. Destaca-se, a autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$230.237, invalidando transferência de crédito relativa ao contrato de cessão de crédito celebrado entre a controlada e DUNAX, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alegação: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por ter apropriado crédito fiscal em montante superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento ao convênio ICMS 85/2011.

EDEVP

. Auto de Infração com valor pedido de R\$ 17.333 onde se discute questões relacionadas a ICMS.

Uso de estimativas - As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

29 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações Empregados	-	-	17.368	3.571
Salários a pagar	-	-	11.951	17.352
Outros Benefícios a empregados	-	-	7.674	935
Entidade Seguradora	-	-	2.676	1.702
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	2.077	3.180
Rede Energia - Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	6.765	13.259
Adiantamento de clientes	-	-	42.982	37.212
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	3.623	17.072
Reserva de reversão/amortização	-	-	8.248	8.248
Encargos tarifários	-	-	3.716	3.716
Outras contas a pagar	5.063	7.583	65.163	33.846
Total	5.063	7.583	186.107	153.957
Circulante	172	1.479	90.427	56.740
Não Circulante	4.891	6.104	95.680	97.217

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.777.404 (R\$2.245.787 em 2015), representando 2.057.875 (1.714.895 em 2015) ações nominativas, sendo 1.418.784 (1.182.320 em 2015) ações ordinárias e 639.090 (532.575 em 2015) ações preferenciais, sem valor nominal.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não tem direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial faz jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;

- b. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- c. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de setembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$531.617, mediante a emissão de 342.979.014 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de acordo com as seguintes condições: (i) após o aumento de capital, o mesmo passará a ser de R\$2.777.404, dividido em 2.057.874.630 ações, sendo 1.418.784.243 ações ordinárias e 639.090.387 ações preferenciais; (ii) preço de emissão será de R\$1,55 por ação independentemente de sua espécie; (iii) as ações ordinárias e preferenciais emitidas conferirão os mesmos direitos e terão as mesmas características e restrições; (iv) será concedido a todos os acionistas detentores de posição acionária na data de 27 de setembro de 2016, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência para subscrição das ações; (v) o direito de subscrição será exercido mediante a o pagamento do preço de subscrição e o preenchimento do respectivo boletim de subscrição; (vi) Caso haja sobras após o termo do prazo do direito de preferência, a Companhia poderá promover um ou mais rateios de eventuais sobras, conforme necessário para que haja subscrição e integralização do valor total do aumento de capital; e (vii) o aumento de capital deverá ser homologado em reunião do Conselho de Administração a ser realizada em até 5 (cinco) dias a contar da data de subscrição e integralização do montante total do capital.

Em 28 de setembro de 2016, foram aportados pela controladora indireta Energisa S/A a título de “recursos recebidos para aumento de capital” o montante de R\$152.595.

30.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

30.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2016	2015
EMT (*)	SUDAM	114/2014	44.783	-
ETO	SUDAM	113/2014	10.538	12.081
Total			55.321	12.081

(*) No exercício de 2015, a controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e

contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	159.716	409.115
Realização de Reserva de Reavaliação	-	50.944
Dividendos prescritos	209	114
Absorção de prejuízos acumulados	-	(354.511)
Reserva legal (5%)	(7.986)	(2.730)
Lucro líquido ajustado para cálculo dos dividendos	151.939	102.932
Dividendos obrigatórios (25%) valor por ação R\$0,0179 ordinária e R\$0,0197 preferencial (R\$0,0582 ordinária e R\$0,0640 preferencial em 2015)	37.985	25.705
Dividendos adicionais propostos (*) valor por ação R\$0,0537 ordinária e R\$0,0591 (R\$0,0582 ordinária e R\$0,0640 preferencial em 2015)	113.954	77.227
Total dos dividendos	151.939	102.932
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

O Conselho de Administração aprovou em 31 de maio de 2016, a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta dos resultados referente ao exercício 2015, no montante de R\$102.932, correspondente a R\$0,05821470044 por ação ordinária e R\$0,06403617048 por ação preferencial, pagos em 06 de junho de 2016.

30.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização reflexa do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014	7.159	6.194
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados - reflexo	(9.801)	1.462
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	3.332	(497)
Saldo final - 2016 e 2015	690	7.159

30.6 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2015	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Subscrição de aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2016
. Energisa Mato Grosso	42,33%	778.735	44.434	(8.760)	148.535	(2.704)	(9)	960.231
. Energisa Tocantins	23,33%	226.508	(158)	(2.228)	-	(212)	(5.546)	218.364
. Empresa Elétrica Bragantina	4,15%	4.453	480	(476)	-	(14)	(223)	4.220
. Companhia Nacional de Energia Elétrica	1,31%	1.159	234	(329)	-	(6)	-	1.058
. Companhia Força e Luz Oeste	1,70%	494	142	(188)	-	(3)	(122)	323
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	874	(19)	(44)	-	-	70	881
. Rede Power do Brasil	0,01%	29	23	(5)	-	-	-	47
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(151)	1	-	-	-	-	(150)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	12	50	(7)	-	-	(47)	8
		1.012.113	45.187	(12.037)	148.535	(2.939)	(5.877)	1.184.982

31 Receita operacional - consolidada

	2016			2015		
	Não auditados pelos auditores independentes		R\$	Não auditados pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	2.929.586	6.544.690	4.237.660	2.863.341	6.397.365	4.084.704
Industrial	35.315	1.977.583	1.242.815	37.902	2.441.498	1.606.286
Comercial	269.776	3.694.712	2.473.919	271.632	3.858.575	2.534.005
Rural	361.775	2.004.841	935.161	360.010	1.931.418	904.119
Poder Público	34.291	858.370	540.771	34.132	1.051.911	543.503
Iluminação Pública	4.742	856.807	276.640	4.569	739.660	282.913
Serviço Público	4.372	594.771	300.280	4.221	505.131	282.042
Consumo Próprio	900	23.960	-	879	23.880	-
Subtotal	3.640.757	16.555.734	10.007.246	3.576.686	16.949.438	10.237.572
Suprimento de energia elétrica	-	2.302.948	294.606	-	818.347	292.087
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(48.247)	(26.988)	-	18.932	104.507
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	348	-	555.142	172	-	352.412
Receita de Construção (1)	-	-	1.140.629	-	-	1.069.718
Serviços Especializados	-	-	341	-	-	1.979
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(23.662)	-	-	(47.401)
(-) Excedentes de Reativos (2)	-	-	(45.472)	-	-	-
Constituição e Amortiz- CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	(500.316)	-	-	153.544
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	543.850	-	-	524.177
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	90.221	-	-	176.220
Outras Receitas Operacionais	-	-	78.540	-	-	70.122
Total - receita operacional bruta	3.641.105	18.810.435	12.114.137	3.576.858	17.786.717	12.934.937
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	2.240.598	-	-	2.217.506
PIS	-	-	179.681	-	-	191.546
COFINS	-	-	827.552	-	-	871.746
CPRB	-	-	1.741	-	-	-
ISS	-	-	1.683	-	-	1.994
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	9.415	-	-	147.764
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	32.586	-	-	34.842
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.038.201	-	-	1.213.140
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	32.565	-	-	34.812
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	10.282	-	-	9.035
Total	-	-	4.374.304	-	-	4.722.385
Total - receita operacional líquida	3.641.105	18.810.435	7.739.833	3.576.858	17.786.717	8.212.552

- (1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

- (2) Inclui R\$15.095 (R\$806 em 2015) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP E CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.
- (3) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$175.609 (R\$754.587 em 2015), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$2.925 em 2016 e repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante R\$12.340 em 2016. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no 4º semestre de 2016 foi de R\$9.415 (R\$147.764 em 2015).

Para os meses de janeiro a novembro de 2016 e exercício de 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(23)	(7.163)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(26)	(11.013)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	1	(18.779)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	1	(31.871)
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	244	(31.215)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	203	(28.529)
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(42)	(16.257)
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(42)	(27.569)
Setembro	Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016 (Nº 3607 de 29 de outubro de 2015)	(27)	(6.629)
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº 3887 de 01 de dezembro de 2015)	(9)	34.861
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016 (Nº 007 de 05 de janeiro de 2016)	(4.882)	(1.110)
Dezembro	Valor a ser homologado (265 de 01 de fevereiro de 2016)	(4.813)	(2.490)
		(9.415)	(147.764)

32 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
Natureza do Gasto	Despesas Operacionais Gerais e Administ.	Total	
		2016	2015
Pessoal e administradores	-	-	66
Serviços de terceiros	3.679	3.679	5.113
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(73)	(73)	667
Outras	297	297	232
	3.903	3.903	6.078

Consolidado						
Natureza do Gasto	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiro	Gerais e Administ.	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	3.764.720	-	-	-	3.764.720	4.126.652
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	476.976	-	-	-	476.976	544.503
Pessoal e administradores	-	442.684	72	121.296	564.052	461.580
Entidade de previdência privada	-	9.576	-	3.217	12.793	13.455
Material	-	69.882	-	13.594	83.476	94.449
Serviços de terceiros	-	265.362	799	211.151	477.312	538.866
Depreciação e amortização (1)	-	461.672	-	49.283	510.955	522.854
Provisão (reversão) p/créd. liquidação duvidosa	-	(1.718)	-	-	(1.718)	105.528
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(9.001)	-	(85.670)	(94.671)	(106.130)
Custo de construção	-	-	1.140.629	-	1.140.629	1.069.718
Outras (2)	-	30.999	-	94.483	125.482	182.374
	4.241.696	1.269.456	1.141.500	407.354	7.060.006	7.553.849

(1) Inclui R\$30.003 (R\$29.112 em 2015) referente a crédito de PIS e COFINS calculados em relação aos encargos de depreciação e amortização de bens incorporados ao ativo imobilizado e intangível incorridos no exercício.

(2) Inclui o valor de R\$12.567 (R\$17.525 em 2015) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

Energia elétrica comprada para revenda:

Consolidado				
	MWH (2)		Energia elétrica comprada para revenda	
	2016	2015	2016	2015
Energia de Itaipu - Binacional	2.951.611	2.903.874	577.665	836.261
Energia de leilão	8.419.943	6.588.156	1.713.104	1.643.597
Energia bilateral	5.125.649	6.039.998	1.037.913	1.282.007
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	607.042	621.474	122.187	109.050
Energia de curto prazo - CCEE	62.511	981.737	252.771	504.901
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	4.457.665	3.401.364	276.054	116.849
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	419.171	400.119	154.318	109.456
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	(75.535)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(369.292)	(399.934)
Total	22.043.592	20.936.722	3.764.720	4.126.652

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. Em março de 2015 a ANEEL homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$75.535.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do exercício pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(2) Informações não auditada pelos auditores independentes.

(3) Contempla valor da REN 1585/2013.

33 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.739	2.346	150.344	105.318
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	161.443	104.145
Variação monetária e cambial	-	-	5.792	71.677
Atualização dos contratos de mútuo	27.811	18.369	38.187	27.607
Atualização depósito judicial	-	-	5.269	12.880
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.950	2.161	24.129	14.023
Juros ativos financeiros setoriais	-	-	49.080	80.964
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(1.702)	(728)	(17.829)	(3.575)
Outras receitas financeiras	7	5.734	64.831	45.895
	29.805	27.882	481.246	458.934
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(4.443)	(5.433)	(380.417)	(207.984)
Variação monetária e cambial	-	-	67.393	(366.185)
Marcação a mercado derivativo	-	(3.427)	19.858	(25.173)
Marcação a mercado da dívida	-	-	(10.878)	2.407
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	31.309	5.219
Instrumentos Financeiros	-	-	(219.312)	137.977
Atualização dos contratos de mutuo	(72.651)	(87.526)	(70.421)	(85.383)
Ajuste a valor presente	(6.224)	(9.952)	(51.071)	(14.112)
Atualização PEE e P&D	-	-	(25.361)	(24.337)
Despesas com IOF	(2.080)	(2.084)	(6.621)	(16.380)
Atualização provisão para riscos	(82)	(14)	(29.285)	(34.472)
Juros e multas	(329)	(2)	(55.981)	(153.612)
Juros de incorporação de redes	-	-	(55.887)	(42.590)
Juros passivos financeiros setoriais	-	-	(64.023)	(31.717)
Outras despesas financeiras	(7.155)	(7.335)	(90.884)	(50.020)
Total despesas financeiras	(92.964)	(115.773)	(941.581)	(906.362)
Despesas financeiras líquidas	(63.159)	(87.891)	(460.335)	(447.428)

34 Outros resultados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	-	-	33.240	6.600
Direito de crédito e outras avenças (*)	15.782	-	24.639	-
Reembolso custos gastos EDP Energia do Brasil	7.666	-	7.666	-
Outras	256	11.315	9.537	21.140
Total	23.704	11.315	75.082	27.740
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	-	-	(82.028)	(62.923)
Constituição de provisão - carta de crédito	-	-	(19.924)	-
Parcelamento REFIS Lei 10.433/2016	-	-	(12.131)	-
Impostos sobre ganhos (Pis/Cofins)	(1.460)	-	(2.672)	(1.696)
Outras	(1.375)	-	(8.265)	(12.841)
Total	(2.835)	-	(125.020)	(77.460)

(*) Refere-se a recebimento de direito de créditos e outras avenças recebidas pela Companhia e pela controlada Rede Power junto a EDP por força do Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de créditos e outras avenças (vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente também foram reconhecidos ressarcimentos por conta da obrigação de indenizar pela EDP a Rede Energia o montante de R\$7.666. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Companhia e Rede Power na demonstração do resultado do exercício em outras receitas operacionais.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Consolidado	
			2016	2015
Riscos operacionais	07/11/2017	58.000	1.941	1.354
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	1.726	1.817
Frota - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2017	Até 360/veículo	648	749
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	30/11/2017	991	4	5
Aeronáutico - casco/LUC	30/11/2017	207.826	65	103
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2017	126.403	979	1.004
Multirrisco Hangar	20/11/2017	2.500	4	4
RC Hangar	20/11/2017	35.974	21	27
Compreensivo Empresarial	28/09/2017	620	3	5
Transportes (*)	30/01/2017	Até 2.000/transporte	178	178
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	278	348
			5.847	5.594

(*) A apólice de seguro foi renovada para o vencimento de janeiro de 2018.

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Responsabilidade Civil - Hangar

Apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Materiais e Corporais, Estéticos e Morais, além de responsabilidade civil de veículos circulando em Aeroportos.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

Compreensivo Empresarial

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens maquinismo, móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista - SP e do escritório na QD 701, Conj. D-Bloco B, Brasília-DF.

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

36 Arrendamento mercantil - consolidado

A controlada EMT possui arrendamento mercantil no montante de R\$2.627 (R\$8.079 em 2015), referente à aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2015), como despesa de depreciação e de R\$3.066 (R\$3.275 em 2015) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 2016 da controlada EMT:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros) (*)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	-9,79%

(*) Inclui variação cambial.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$33.622 (R\$46.744 em 2015) será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 2016, os contratos classificados no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	10.125
2019	10.125
2020	7.594
Total	27.844

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	46.744	35.925
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(4.452)	19.653
Pagamento de principal	(5.604)	(5.559)
Pagamento de juros	(3.066)	(3.275)
Saldos finais - 2016 e 2015 (*)	33.622	46.744
Circulante	5.778	9.471
Não circulante	27.844	37.273

(*) Saldo incluído na nota explicativa nº 21 - empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

37 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	33.308	33.308	912	912
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	17.347	17.347	37	37
Títulos de créditos a receber	2	-	-	845	845
Créditos com partes relacionadas	2	265.385	265.385	268.819	268.819
Passivos					
Fornecedores	2	161	161	288	288
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	155.358	155.358	138.223	138.223
Débitos com partes relacionadas	2	632.836	632.836	644.004	644.004

Consolidado					
		2016		2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	449.545	449.545	534.452	534.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	858.860	858.860	522.255	522.255
Clientes, consumidores e concessionárias	2	1.498.335	1.498.335	1.462.620	1.462.620
Títulos de créditos a receber	2	27.726	27.726	6.295	6.295
Contas a receber da concessão	3	2.650.946	2.650.946	2.180.908	2.180.908
Instrumentos financeiros derivativos	2	45.616	45.616	171.467	171.467
Ativo financeiro setorial	3	441.728	441.728	740.583	740.583
Créditos com partes relacionadas	2	339.741	339.741	327.515	327.515
Passivos					
Fornecedores	2	1.022.936	1.022.936	1.218.469	1.218.469
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil	2	3.869.359	3.875.751	3.746.987	3.746.107
Instrumentos financeiros derivativos	2	39.430	39.430	48.696	48.696
Passivo financeiro setorial	3	603.091	603.091	371.592	371.592
Débitos com partes relacionadas	2	622.122	622.122	659.900	659.900
Parcelamento de impostos	2	83.049	83.049	95.019	95.019
Taxas regulamentares	2	154.340	154.340	173.500	173.500

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$105.165, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 16 e 12.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 2016 e 2015, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativo financeiro setorial e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos

vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses a 4ª emissão de debêntures da Companhia, foi estabelecido o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foram impactado em R\$11.647 (R\$5.229 em 2015) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2016, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2016 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$769 (R\$2.822 em 2015) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por

metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	2016	2015
Dívida (a)	3.869.359	3.746.987
Partes Relacionadas (c)	610.713	646.477
Caixa e equivalentes de caixa	(449.545)	(534.452)
Dívida líquida	4.030.527	3.859.012
Patrimônio líquido (b)	(2.908.483)	(2.340.903)
Índice de endividamento líquido	1,39	1,65

- (a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.
(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.
(c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 14.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		161	-	-	-	-	161
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	3.060	10.773	8.939	518.484	541.256
Total		161	3.060	10.773	8.939	518.484	541.417

Consolidado							
Fornecedores		797.721	58.523	204.832	-	5.732	1.066.808
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,15%	545.667	570.518	1.610.676	847.557	4.271.365	7.845.783
Total		1.343.388	629.041	1.815.508	847.557	4.277.097	8.912.591

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6	33.308	912	449.545	534.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	17.347	37	858.860	522.255
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	1.498.335	1.462.620
Títulos de créditos a receber	8	-	845	27.726	6.295
Ativo financeiro setorial	12	-	-	441.728	740.583
Contas a receber da concessão	16	-	-	2.650.946	2.180.908
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	45.616	171.467
Créditos com partes relacionadas	14	265.385	268.819	339.741	327.515

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2016, com queda de 16,5% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de R\$3.879.179 (R\$3.754.629 em 2015), R\$575.024 (R\$908.752 em 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm custo máximo de 6,75% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em julho de 2020.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta R\$27.755 (R\$21.458 em 2015) no ativo circulante, R\$17.861 (R\$150.009 em 2015) no ativo não circulante, R\$35.527 (R\$46.873 em 2015) no passivo circulante e R\$3.903 (R\$1.823 em 2015) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima, conforme segue:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.273	VC + (Libor + 1,50%) x 117,65%	CDI + 1,45%	04/05/2017	Fair Value Hedge
EMS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.446	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,49%	01/06/2017	Fair Value Hedge
ETO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
CAIUÁ					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.893	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.882	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,50%	12/06/2017	Fair Value Hedge
CFLO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
EEB					
Resolução 4131 - Itaú	3.984	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	12.987	VC + 7,02%	CDI + 3,55%	31/08/2017	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2016 e 2015:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida designada para “Fair Value Option”	80.575	249.755	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(73.740)	(269.391)
Swap Cambial (Derivativo)	80.575	249.755	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	73.740	269.391
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(96.948)	(262.574)
			Posição Líquida Swap	(23.208)	6.817
			Posição Líquida Dívida + Swap	(96.948)	(262.574)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida (Objeto de Hedge) (*)	431.582	448.745	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(467.665)	(592.616)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	431.582	448.745	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	468.545	595.586
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(439.150)	(479.504)
			Posição Líquida Swap	29.395	116.082
			Posição Líquida Dívida + Swap	(438.270)	(476.534)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(542.285)		(557.950)	(738.936)	(936.487)
Variação Dívida	-		(15.665)	(196.651)	(394.202)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	542.285		557.950	738.936	936.487
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	15.665	196.651	394.202
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(536.098)		(536.098)	(536.098)	(536.098)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	6.187		21.852	202.838	400.389
Total Líquido	(536.098)		(536.098)	(536.098)	(536.098)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 536.098 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$ 536.098 em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

As distribuidoras adquiridas não possuem instrumentos financeiros derivativos indexados a taxa de juros. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00%, TJLP = 7,50% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.285.152	Alta CDI	148.564	185.704	222.845
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(536.098)	Alta CDI	(61.973)	(77.466)	(92.960)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.569.336)	Alta CDI	(181.417)	(226.771)	(272.126)
	(308.008)	Alta TJLP	(23.100)	(28.875)	(34.650)
	(4.577)	Alta IPCA	(288)	(360)	(432)
	(384.678)	Alta SELIC	(44.470)	(55.588)	(66.705)
	(646.203)	Alta TR	(12.989)	(16.236)	(19.484)
Subtotal	(3.448.900)		(324.237)	(405.296)	(486.357)
Total - perdas	(2.163.748)		(175.673)	(219.592)	(263.512)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 (11,56% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de dezembro de 2016, TJLP 7,5% ao ano, Selic 11,56%, TR 2,01% e IPCA 6,29%.

Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$430.279.

38 Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de Benefício Definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$11.597 (R\$9.954 em 2015).

As controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a) Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01 de janeiro de 1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01 de janeiro de 1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b) Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. - em "Recuperação Judicial" e as empresas do grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 R1 (IAS 19) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c) Plano de Benefício -OP:

Instituído em 01 de janeiro de 1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase

considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2016	Avaliação atuarial 2015
Taxa de desconto atuarial	6,97%	7,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	13,65%	13,41%
Taxa de crescimento salarial (*)	9,91%	8,67%
Taxa de inflação projetada	6,29%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por	AT 2000 Suav. 10% por
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada

Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31 de dezembro de 2016

a) Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado, de acordo com as regras do CPC 33 R1 (IAS 19 R).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	EMT	EMS	ETO	CAIUA	CNEE	CFLO	EEB	EDEVP	Total - 2016
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Valor presente da obrigação de benefício definido									
Saldo início exercício - 2015	153.330	107.535	11.731	11.904	15.843	5.301	30.312	19.707	355.663
Custo do serviço corrente	318	231	262	51	99	7	47	46	1.061
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros	19.735	13.803	1.529	1.540	2.043	676	3.909	2.536	45.771
Benefícios pagos	(14.883)	(12.875)	(884)	(1.073)	(1.726)	(605)	(2.809)	(1.894)	(36.749)
Ganhos/Perdas atuariais	19.939	27.706	1.761	2.609	4.901	803	2.736	1.890	62.345
Saldo final exercício - 2016	178.439	136.400	14.399	15.031	21.160	6.182	34.195	22.285	428.091
Valor justo dos ativos do plano									
Saldo início exercício - 2015	151.259	133.656	11.698	12.524	17.176	4.987	32.300	20.459	384.059
Retorno esperado	19.484	17.311	1.569	1.636	2.227	640	4.183	2.648	49.698
Alteração regulamentar do Plano OP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições efetuadas (participantes e empregador)	-	337	1.590	-	-	115	310	369	2.721
Benefícios pagos	(14.883)	(12.875)	(884)	(1.072)	(1.725)	(605)	(2.809)	(1.894)	(36.747)
Contribuição empregador	2.376	-	-	477	240	-	-	-	3.093
Ganhos/Perdas atuariais	13.715	50.274	(520)	1.457	3.078	643	2.634	1.696	72.977
Liquidações (Distribuições de Superávit)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final exercício - 2016	171.951	188.703	13.453	15.022	20.996	5.780	36.618	23.278	475.801
Posição líquida	(6.488)	52.303	(946)	(9)	(164)	(402)	2.423	993	(28.396)
Saldos:									
BD-I	(8.623)	38.457	(159)	(184)	(382)	(2)	(193)	(103)	28.811
OP	10.656	13.989	258	565	(67)	(753)	(400)	(735)	23.513
R	(8.521)	(143)	(1.045)	(390)	285	353	3.016	1.831	(4.614)
Total	(6.488)	52.303	(946)	(9)	(164)	(402)	2.423	993	28.396
Déficit registrado	(17.144)	(143)	(1.204)	(9)	184	(402)	2.424	993	(10.980)
Superávit não registrado	10.656	-	697	900	1.376	204	2.310	1.337	39.376
Circulante	2.372	-	315	93	97	97	120	132	3.226
Não circulante	14.772	143	889	481	352	658	472	706	18.473

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora no exercício;

	Consolidado	
	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(1.913)	(13.264)
Contribuições da Companhia/Participantes	250	1.855
Outros Resultados Abrangentes	554	2.836
Receitas e (Despesas) correntes	(460)	(2.407)
Total	(1.569)	(10.980)

Demonstração das despesas para o exercício de 2017:

	EMT	EMS	ETO	CAIUA	CNEE	CFLO	EEB	EDEVP	Total
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Custo do serviço corrente (com juros)	394	53	262	59	50	10	57	75	960
Juros sobre as obrigações atuariais	20.447	57	1.528	1.710	2.426	703	3.920	2.499	33.290
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(19.741)	(50)	(1.569)	(1.751)	(2.417)	(660)	(4.222)	(2.684)	(33.094)
Juros sobre o excesso ao valor justo dos ativos	1.272	-	-	67	34	42	360	219	1.994
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2.372	60	221	85	93	95	115	109	3.150

b) Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2016		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	69,47%	57,92%	67,23%
Créditos privados e depósitos	13,52%	19,11%	12,80%
Ações	0,81%	1,61%	0,80%
Fundos de investimento	8,80%	7,86%	16,59%
Empréstimos e financiamentos	1,65%	8,25%	1,69%
Operações compromissadas	0,05%	0,14%	0,85%
Investimento imobiliário	5,67%	5,08%	0,00%
Outros	0,03%	0,03%	0,04%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Uso de estimativas: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido às restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$40.682 (R\$36.951 em 2015), no consolidado.

39 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia						
	Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Caluá Distribuição de Energia S.A.	2017 a 2048	154.632	153.152	155.347	135.587	141.609	2.512.755
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	1.329.527	1.468.093	1.571.117	1.570.913	1.621.088	19.477.001
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	466.610	472.574	487.788	361.149	392.495	7.343.114
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	694.853	751.302	741.488	750.587	782.292	14.089.541
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2017 a 2048	84.536	78.775	77.688	67.458	67.304	1.552.311
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2017 a 2048	104.641	111.026	130.469	115.228	129.655	2.279.639
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2017 a 2048	135.203	136.066	135.942	123.562	125.609	2.310.102
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2017 a 2026	63.741	67.662	69.841	72.049	74.091	483.185
		3.033.743	3.238.650	3.369.680	3.196.533	3.334.143	50.047.648

(*) O contrato de suprimento da CFLO foi aditado, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final do exercício de 2016 foram homologados pela ANEEL.

A controladas EMT, ETO, EMS, CAIUA, EDEVP, EEB e CNEE efetuaram análises dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

40 Ativos de geração alienado

A controladora Energisa concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação. A negociação envolveu a alienação da usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW) de propriedade da controlada Tangará Energia S/A.

A Rede Energia integralizou, em dezembro de 2014, no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$255.300.

Segue apuração do ganho de capital registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora e Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	171.350
Ajuste preço adicional	4.515
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	175.865
Custos dos investimentos alienados	79.687
(=) Ganho apurado na alienação	255.552

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

	Controladora	Consolidado
Demonstração do resultado das operações descontinuadas	2015	2015
Receita líquida	-	31.761
(-) Custo com energia elétrica	-	(26.869)
(-) Custo de operação	-	(3.552)
Lucro operacional bruto	-	1.340
(-) Despesas operacionais	-	(705)
Resultado do serviço	-	635
Ganho apurado na alienação	255.552	255.610
Receitas financeiras	-	4.354
Despesas financeiras	-	(20.528)
Equivalência patrimonial	(16.206)	-
Lucro prejuízo antes dos impostos	239.346	240.071
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	(725)
Lucro de operação descontinuada	239.346	239.346

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas:

	Consolidado
Demonstração do Fluxo de caixa das operações descontinuadas	2015
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	635
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	1.164
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(23.867)
Variação líquida do caixa	(22.068)

41 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2016	2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	405.973	28.775
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	90.221	176.220
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	67.718	112.585
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	49.464	30.364
Estoques - transferência para o intangível	2.728	2.705
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	67.718	112.585
Obrigações especiais - devolução de recursos Programa LPT	-	5.299
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	49.464	30.364
Intangível - transferência para estoques	2.728	2.705
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos - devolução de recursos Programa LPT	-	5.299

42 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Exercícios findos em:	
	2016	2015
Lucro líquido básico por ação - operações continuadas:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	52.918	56.249
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	106.798	113.520
	159.716	169.769
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	550.328	532.575
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.221.731	1.182.320
	1.772.059	1.714.895
Lucro líquido básico por ação (*):		
Ação preferencial	0,0962	0,1056
Ação ordinária	0,0874	0,0960

		Exercício findo em:	
		2015	
Lucro líquido básico por ação - operações descontinuadas:			
Numerador			
Lucro líquido do exercício			
Lucro disponível aos acionistas preferenciais			79.301
Lucro disponível aos acionistas ordinárias			160.045
			239.346
Denominador (em milhares de ações)			
Média ponderada de número de ações preferenciais			532.575
Média ponderada de número de ações ordinárias			1.182.320
			1.714.895
Lucro líquido básico por ação (*):			
Ação preferencial			0,1489
Ação ordinária			0,1354

43 Eventos subsequentes

(1) Recebimentos de parcelas do subcréditos - BNDES pelas controladas:

Em 23 de janeiro de 2017 e 20, 21 e 22 de fevereiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto ao banco Itaú, Citibank e Bradesco, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento para as controladas, conforme segue:

Controladas	Valor
CFLO	53
EDEV	1.005
EMT	9.865
EMS	5.949
EBB	1.328
ETO	10.133
Total	28.333

(2) Emissão de notas promissórias comerciais pela controlada CFLO.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada 02 de março de 2017, foi deliberada a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da controlada CFLO (“Nota Promissórias”) em duas séries, no montante total de R\$10.000, custo de CDI + 1,65% a.a., sendo o valor total das Notas Promissórias em 1ª série correspondente a R\$1.000 e o valor total das Notas Promissórias da 2ª série de R\$9.000.

(3) Bandeiras tarifárias

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$ 4,50 para R\$ 3,50 a cada 100kWh consumidos.